

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELENA ALVES DALTO

**RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS
PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DO NEAB DA UFPR?**

CURITIBA
2014

HELENA ALVES DALTO

**RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS
PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DO NEAB DA UFPR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à conclusão do Curso de Pedagogia,
Setor de Educação, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a Dra. Lucimar Rosa Dias

CURITIBA
2014

AGRADECIMENTOS

Ao longo do curso, várias pessoas participaram da minha vida acadêmica e ajudaram, cada um a seu modo, a constituir meu pensamento sobre as questões que permeiam o campo educacional, bem como sobre outros assuntos. O período de realização desse Trabalho de Conclusão de Curso foi um dos mais significativos de minha trajetória na UFPR, possibilitando a mim o amadurecimento em alguns âmbitos e a construção de novos conhecimentos. Dessa forma, cabe agradecer às pessoas que foram importantes nessa conquista:

À minha orientadora, Prof^a Dra. Lucimar Dias, por despertar meu olhar para as relações raciais na Educação Infantil, possibilitando que eu admirasse e compreendesse a importância desse tema, por acreditar na relevância da minha pesquisa, e pela paciência e compreensão nas orientações.

À minha família, especialmente meu pai, Antônio, por toda preocupação e apoio na realização desse trabalho e em todos os desafios da minha vida acadêmica.

Aos meus amigos e amigas, sobretudo à Claudia, Giovana e Heloíse, que estiveram comigo em todos os momentos do curso, me apoiando. Agradeço a elas por todo carinho e companheirismo, e por contribuírem com meu entendimento sobre diversas questões sociais por meio das conversas e discussões sempre permeadas de respeito, comprometimento e esperança nas causas que defendíamos.

A todos e todas que ajudaram na realização da minha pesquisa, contribuindo na medida do possível para o fornecimento das informações que precisei.

A Deus, força que rege a minha existência, que está comigo em todos os momentos da minha vida, me ajudando a superar as dificuldades e conquistar meus objetivos, me dando paz, saúde, amor e coragem.

*“ Temos direito a ser iguais quando a diferença
nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes
quando a igualdade nos descaracteriza”.*
Boaventura de Souza Santos.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo principal identificar a existência de produções de conhecimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre relações raciais na Educação Infantil, verificando a presença desse tema nas monografias, dissertações, teses e TCCs orientados por professores desse núcleo que se dedicam a esse campo de estudos, e nos cursos e eventos de extensão e especialização ofertados. A pesquisa foi de caráter qualitativo, subsidiada a partir das contribuições de teóricos do campo das relações raciais (DIAS, 2007; TRINIDAD, 2012; BENTO, 2002; GOMES, 2005, entre outros). A obtenção dos dados foi realizada por meio de buscas de informações na *internet* e por comunicação feita via *e-mail* e pessoalmente com integrantes do NEAB. As produções de conhecimento encontradas foram analisadas com base na perspectiva do material “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”, elaborado com apoio do Ministério da Educação. Como resultado desta pesquisa, evidenciou-se, a partir da análise dos trabalhos finais realizados pelos alunos do curso de extensão de 2013 e dos trabalhos de pós-graduação encontrados, que o NEAB se apresenta como agente importante para dar visibilidade às relações raciais na Educação Infantil, incentivando ações voltadas para erradicação do racismo e valorização da diversidade racial nesta etapa, no entanto o núcleo ainda possui muitas conquistas a serem alcançadas em relação ao tratamento da mesma.

Palavras-chave: Educação Infantil. Relações Raciais. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

LISTA DE SIGLAS

ABPN	- Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as).
Capes	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEERT	- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEB	- Conselho de Educação Básica
CEPIGRAD	- Coordenação de Políticas Inovadoras na Educação
CIPEAD	- Coordenação de Políticas de Integração de Educação a Distância
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEFOR	- Coordenação de Políticas de Formação de Professores
DCNEI	- Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil
ERER	- Educação das Relações Étnico-Raciais
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
NEAB	- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PROGRAD	- Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
SciELO	- Scientific Electronic Library Online
SC	- Santa Catarina
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.1 APROXIMAÇÃO COM O TEMA.....	13
1.2 O CENÁRIO DAS RELAÇÕES RACIAIS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS.....	16
2 METODOLOGIA	22
2.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS.....	22
2.2 PROCEDIMENTOS REALIZADOS	23
3. PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DO NEAB DA UFPR SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	26
3.1 TRABALHOS ACADÊMICOS	32
3.1.1 MONOGRAFIAS DE ESPECIALIZAÇÃO	32
3.1.1.1 “Práticas de trabalho com relações étnico-raciais na educação infantil”	32
3.1.1.2 “Relações étnico-raciais na perspectiva da lei n.º 10.639/03 em um centro municipal de educação infantil de São José dos Pinhais.”	35
3.1.2 DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	38
3.1.2.1 “Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC”	38
3.1.2.2 “Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para educação infantil”	41
3.1.3 TESES DE DOUTORADO	43
3.1.3.1 “A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil”	43
3.2 CURSOS DE EXTENSÃO E ESPECIALIZAÇÃO	48
3.2.1 TRABALHOS FINAIS DO CURSO DE EXTENSÃO EM ERER DE 2013.	54
3.3 EVENTOS DE EXTENSÃO	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Quando se fala em relações raciais depara-se com diversas questões relacionadas ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial na sociedade, tais como o mito da democracia racial, que segundo Gomes (2005) trata-se de uma estratégia ideológica que se mantém bastante arraigada no Brasil, a qual nega a existência de desigualdades entre negros e brancos, afirmando uma harmonia racial entre estes dois grupos. No entanto, sabe-se que os negros não são tratados de maneira igualitária e vivenciam diariamente diversas formas de violência e discriminação racial. De acordo com Gomes (2005, p. 56):

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. No entanto, os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da população negra, revelam que tal situação não existe de fato.

Para Gomes, o mito da democracia racial, agindo por meio da negação e do silêncio acerca de atitudes racistas, acaba por reforçar ainda mais o preconceito e a discriminação racial, fazendo com que o olhar a estas questões seja desviado e que atitudes de erradicação das mesmas não sejam providenciadas, acarretando, assim, na perpetuação do racismo.

Essas questões que permeiam as relações raciais atingem também o campo educacional, afetando todas as etapas da educação, entre elas a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, a qual atende crianças de zero a cinco anos, tendo como função o cuidado e a educação das mesmas, realizados de modo indissociável, considerando-as como sujeitos sociais e históricos, que possuem um modo particular de ver o mundo, e que constroem os conhecimentos com base nas interações com as pessoas e com os lugares onde vivem.

Segundo o “Referencial Curricular para a Educação Infantil” a primeira etapa da educação deve atender a criança conforme suas especificidades, auxiliando na sua formação e desenvolvimento de maneira respeitosa:

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as

capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural. (BRASIL, 1998, p.32)

Apesar da valorização do respeito às crianças na Educação Infantil, nela ocorrem várias situações racistas e discriminatórias. A negação do racismo e o silêncio perante este acontecem de maneira intensa nessa etapa da educação, muitos acreditam não haver nenhum tipo de discriminação e preconceito racial na mesma, porém há pesquisas (DIAS, 2007; TRINIDAD, 2012; REIS, 2010; DORNELLES, 2010) que apontam o contrário, afirmando a existência de diversos conflitos entre crianças devido a seus pertencimentos raciais e de tratamentos diferenciados destinados às crianças, realizados pelas professoras com base nas características físicas.

Silva Jr. e Dias (2011) ressaltam a grande influência da mídia como agente que difunde uma visão negativa das características estéticas do negro, fazendo com que a criança negra sinta vergonha e desconforto com relação ao seu próprio corpo, e que a criança branca sinta-se bonita, inteligente e superior devido à constante valorização de sua brancura. Os autores apontam que muitas professoras e educadoras ao invés considerarem os atributos físicos das crianças, acabam por negá-los, utilizando frases como “Para mim as crianças são iguais”, “Eu nem percebo a cor dos meus alunos”. Essas atitudes fazem com que a diversidade racial não seja considerada e refletida com as crianças, o que viabiliza a perpetuação da imagem negativa do negro difundida pela mídia e, conseqüentemente, do racismo.

Desta forma ocorrem várias situações de discriminação entre as crianças. Dias (2012), Trinidad (2012), Amaral (2013), entre outros autores, relatam em seus estudos situações de rejeição da criança negra por crianças brancas, manifestada grande parte das vezes pela recusa destas em brincar com os colegas negros devido à aversão aos seus atributos físicos. Estas pesquisas também ressaltam a preferência e os elogios que as professoras de Educação Infantil destinam às crianças brancas devido às suas características, tais como olhos azuis e cabelos lisos, as quais se enquadram no padrão de beleza dominante.

Diante dessas e demais questões que afligem a primeira etapa da educação básica, nos interessou investigar como a academia as têm enfrentado,

considerando-se a relevância de refletir sobre as relações raciais na Educação Infantil enquanto um tema recente e que precisa ganhar visibilidade e ser mais debatido, de modo que a ideia de não existência de racismo nessa etapa seja desmistificada, para que então, de fato, haja igualdade racial na mesma.

Desta forma, mediante essas preocupações que motivaram o interesse em pesquisar o tema em questão, o qual foi suscitado pela professora orientadora deste trabalho de conclusão de curso, a pesquisa voltou-se para a produção em diferentes âmbitos gerada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo em vista a especificidade deste enquanto um grupo que se dedica ao ensino, pesquisa e extensão sobre estudos afro-brasileiros e relações étnico-raciais, com o intuito de dar maior visibilidade à questão racial por meio de suas ações, promovendo o combate ao racismo e a valorização da igualdade racial.

De acordo com os dados da base do Diretório do grupo de pesquisa do Brasil organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o NEAB foi registrado em 2010 e possui as seguintes linhas de pesquisa: Antropologia das populações afro-brasileiras; Educação e relações étnico-raciais; Escravos, libertos e seus descendentes nas Américas; História afro-brasileira e História da África; Pensamento Social Brasileiro; Políticas afirmativas; Quilombos; Relações étnico-raciais; Sociologia das relações raciais; Tráfico de escravos africanos e dinâmica regional no Brasil.

O objetivo principal deste trabalho foi identificar a existência de produções de conhecimento do NEAB da UFPR sobre relações raciais na Educação Infantil até o ano de 2013, verificando-se se há estudos sobre esse campo nas monografias, dissertações, teses e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) orientados por professores desse núcleo que se dedicam a essa temática, e nos eventos e cursos de extensão e especialização.

Os objetivos específicos foram apresentar e analisar as produções de conhecimento encontradas, com base nas categorias: gestão; organização dos espaços, materiais e tempos; e experiências de aprendizagem. Essas categorias estão presentes na revista “Educação Infantil e práticas promotoras da igualdade racial” (2012), financiada pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e o Instituto Avisalá, com o objetivo de

orientar as práticas dos profissionais da Educação Infantil a fim de romper com o preconceito racial. Desta forma, buscou-se identificar quais as temáticas sobre relações raciais na Educação Infantil estão sendo abordadas nas produções de conhecimento do NEAB da UFPR, e em que medida elas se relacionam com a perspectiva do aporte de análise referido, o qual está pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº9394/96 (alterada pelas Leis 10.639/09 e 11.645/08) e nas demais determinações legais voltadas para a erradicação do racismo e promoção da igualdade racial na Educação Infantil.

A pesquisa teve caráter qualitativo, que segundo Fonseca (2002, p.20) “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” A obtenção dos dados foi realizada por meio de buscas de informações na *internet*, por comunicação feita pessoalmente e via *e-mail* com integrantes do NEAB e pelas leituras dos materiais encontrados e/ou indicados por esses contatos.

Desta forma, o trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro realizou-se uma contextualização sobre o tema pesquisado, no qual apresentamos a busca realizada na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sobre relações raciais na Educação Infantil. Em seguida há uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, quando foram expostas questões sobre as relações raciais em âmbitos mais gerais e na Educação Infantil.

O segundo capítulo destina-se a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, apresentando o levantamento dos dados, que inclui o motivo da escolha do NEAB da UFPR como foco da pesquisa, e em seguida os procedimentos realizados para obtenção das informações. O terceiro capítulo volta-se para a apresentação e análise das produções de conhecimento do NEAB. Primeiramente fez-se uma contextualização mais específica das relações raciais na Educação Infantil, que aborda a legislação e outras ações de âmbito nacional voltadas para esta temática, localizando-se nesse panorama o início dos trabalhos do NEAB voltados para Educação Infantil. Posteriormente foi realizada a apresentação e análise das monografias, dissertações e teses orientadas pelo professor vinculado ao núcleo que se dedica ao tema, e dos cursos de extensão e especialização realizados neste núcleo de estudos que abordam o assunto. Devido à escassez de

informações sobre um evento de extensão encontrado que tratava do tema, este não foi analisado de acordo com a perspectiva da revista, sendo apenas apresentado.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 APROXIMAÇÃO COM O TEMA

Como forma de verificação da existência de pesquisas sobre relações raciais na Educação Infantil, bem como a aproximação com este tema, buscou-se identificar as produções teóricas existentes no *site* da SciELO sobre o mesmo. A SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Ela é o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, e também conta desde 2002 com o apoio do CNPq. O site da SciELO proporciona, por meio de índices e de formulários de busca, um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

Foram encontrados na SciELO apenas três artigos sobre questões raciais na Educação Infantil: “infância, raça e paparicação” de Fabiana de Oliveira e Anete Abramowicz (2010), utilizando-se as palavras-chaves *infância e relações raciais*; “Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil” de Paulo Vinicius Baptista da Silva e Gizele de Souza (2013), e “Expansão da educação infantil e processos de exclusão” de Fúlvia Rosemberg (1999), utilizando-se as palavras-chave *Educação Infantil e relações raciais*.

Ao utilizar-se a palavra-chave *identidade* associada às palavras *negro* e *discriminação* foram encontrados resultados sobre discriminação, identidade e corporeidade apenas sobre adultos, adolescentes e crianças do ensino fundamental. Quando se utilizou conjuntamente as palavras *identidade*, *discriminação*, *infância* não se obteve resultados. Também não foram encontrados resultados quando se utilizou a palavra-chave *criança negra* associada a cada uma das palavras-chave: *discriminação*, *exclusão*, *educação*, *infantil*, *corpo* e *identidade*.

Quando se buscou somente por *criança negra* apareceram apenas dois artigos da área da saúde, a respeito de cáries em crianças fragilizadas socioeconomicamente: “Desigualdades na prevalência de cárie dentária não tratada em crianças pré-escolares no Brasil” de Thiago Machado Ardenghi, Chaiana Piovesan, José Leopoldo Ferreira Antunes (2013) e “Determinantes

individuais e contextuais da cárie em crianças brasileiras de 12 anos em 2010” de Maria do Carmo Matias Freire *et al.* (2013).

Também foram realizadas buscas no portal de periódicos da Capes, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil textos completos de artigos selecionados em periódicos nacionais e internacionais, além de oferecer bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na *internet*.

Para realização das buscas utilizou-se as mesmas palavras-chave usadas nas procuras feitas na SciELO. Utilizando-se conjuntamente as palavras-chave *infância e relações raciais* obtiveram-se 48 resultados, e com *Educação Infantil e relações raciais*, 35 resultados. No entanto, nas duas buscas, foram encontrados apenas quatro artigos sobre as questões raciais na Educação Infantil, sendo três deles os mesmos encontrados na SciELO. O único artigo que se diferenciou foi “A educação inclusiva na Amazônia brasileira: um caminho a ser percorrido”, de Klondy Lúcia De Oliveira Agra (2010). Ela se baseia no artigo “Eu não sou branco: prática de ensino antirracista a professores brancos que atuam na Educação Infantil” de Tara Goldstein (2001), para realizar um estudo sobre os principais problemas da inclusão cultural e social da Amazônia e dos educadores e crianças envolvidos nesse processo.

Os demais artigos encontrados tratavam sobre a questão racial no âmbito educacional com crianças de outras etapas do ensino e na formação de alunos do curso de Pedagogia; sobre as cotas raciais nas universidades; sobre as relações raciais fora do contexto educacional e sobre questões de gênero.

Utilizando-se as palavras-chave *identidade e negro* surgiram mais de 400 resultados, desta forma realizou-se um refinamento da pesquisa, o qual se refere a um recurso disponibilizado pelo portal da Capes que permite filtrar os resultados por meio da seleção dos principais assuntos relacionados ao termo pesquisado. Os tópicos selecionados foram: educação, identidade negra, Brasil, racismo e identidade. Encontrou-se então 23 artigos, mas nenhum deles tratava sobre Educação Infantil, apenas sobre identidade e corporeidade de pessoas adultas, sendo que somente 3 artigos tratavam desses assuntos no âmbito da educação. Ao procurar-se por *identidade e discriminação* apareceram mais de trezentos resultados, dessa forma também foi realizado um refinamento de busca,

selecionando-se os tópicos: discriminação racial, Brasil, racismo, discriminação e identidade. Foram encontrados 31 artigos, no entanto eles eram referentes à desigualdade e discriminação racial e de gênero de adultos, fora do campo educacional.

Na busca por *identidade*, *discriminação* e *infância* foram encontrados 57 resultados, porém, sobre Educação Infantil apareceu apenas, e novamente, o artigo “A educação inclusiva na Amazônia brasileira: um caminho a ser percorrido”, de Klondy Lúcia De Oliveira Agra. Os demais artigos abordavam, em sua maioria, sobre violência e questões de gênero. Ao buscar-se somente por *criança negra* encontrou-se mais de 200 resultados, foi realizado um refinamento escolhendo-se os tópicos discriminação, criança e Brasil e encontrou-se 22 resultados sobre criança negra na área de saúde.

Pesquisando-se por *criança negra* associada à palavra-chave *discriminação* encontrou-se 38 resultados; por *criança negra* e *exclusão*, encontrou-se 29 resultados; *criança negra* e *educação*, 120 resultados; *criança negra* e *infantil*, 84 resultados; *criança negra* e *corpo*, 133 resultados; *criança negra* e *identidade*, 77 resultados. No entanto, quase todos abordavam sobre questões de gênero, saúde, desigualdades socioeconômicas e questões raciais relacionados a crianças, adultos e adolescentes, porém fora do contexto educacional. Apenas um artigo, que apareceu em quase todas as buscas, tratava sobre desigualdade racial de crianças e jovens na educação: “Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação” de Danielle Oliveira Valverde e Lauro Stocco (2009), que discute dados educacionais da 3ª edição do Retrato das Desigualdades de Raça e Gênero buscando compreender como a permanência, progressão e desempenho escolar das crianças e jovens brancos e negros no interior do sistema educacional são afetados pelas diversas situações e os processos sociais que vivenciam.

Tendo em vista a existência de produções teóricas, mesmo que escassas, sobre relações raciais na Educação Infantil, apresentadas pela biblioteca Scielo e pelo banco de dados da Capes, foi possível verificar, em âmbitos de produção acadêmica mais gerais, que há pesquisas sobre a problemática apontada, mas as relações raciais e a Educação Infantil ainda é produção escassa e quando a criança negra é tematizada em geral é na área da saúde, o que nos indica a importância de constituirmos espaços de pesquisa dentro dos núcleos de pesquisas das universidades que pensem esse tema.

1.2 O CENÁRIO DAS RELAÇÕES RACIAIS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Discutir as relações raciais no Brasil requer o enfrentamento do racismo e da desigualdade racial, e conseqüentemente da constante negação feita acerca da existência dos mesmos. Quando essa discussão é voltada para Educação Infantil, tal negação ocorre de modo ainda mais intenso, o que justifica a importância de estudos e pesquisas nesta área para o rompimento de práticas racistas e a promoção do respeito e igualdade racial.

Desta forma, serão apresentadas neste item, primeiramente contribuições de alguns autores sobre questões que envolvem as relações raciais em âmbitos mais gerais e posteriormente algumas reflexões que permeiam o cenário das relações raciais na Educação Infantil.

O debate sobre relações raciais é permeado por termos e conceitos, desta forma é importante esclarecer alguns destes, tais como raça, racismo, preconceito e discriminação racial, antes de partir para outras questões desse campo. Segundo Gomes (2005), que traz em seu texto alguns termos e conceitos sobre as relações raciais, o conceito de raça foi por muito tempo regido pelo campo da biologia, levando à ideia de que a humanidade era dividida em raças superiores e inferiores. No entanto isso provocou tragédias mundiais, tais como o nazismo, o que fez com que estudos da genética comprovassem que a raça humana era uma única raça, não existindo, de tal modo, vários tipos de raças humanas, possibilitando assim que a ideia de raça no sentido biológico se tornasse inaceitável. O Movimento Negro e alguns sociólogos e intelectuais, não utilizam o termo raça segundo o determinismo biológico, mas lhe conferem “um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete.” (GOMES, 2005, p.47).

De acordo com Gomes (2005) o racismo é um comportamento social caracterizado pela ideia de superioridade e inferioridade de raças e pela aversão e violência contra pessoas de determinados pertencimentos raciais devido às suas características físicas. O preconceito racial é “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo.” (GOMES, 2005, p.54). Segundo a autora ele é aprendido socialmente e se caracteriza pela inflexibilidade, a

qual faz com que o indivíduo mantenha sua posição e não se abra a outros conhecimentos e opiniões. A discriminação racial diz respeito ao ato de diferenciar uma pessoa de outra em razão de seu pertencimento racial, excluindo-a ou tratando-a de modo distinto. “Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.” (GOMES, 2005, p.55)

Em seu livro “Tornar-se Negro” Souza (1983) expõe alguns relatos realizados com negros e negras brasileiros em ascensão social e os analisa baseando-se na Teoria das ideologias e na Psicanálise. A autora, a partir desses relatos, mostra a violência racial sofrida pelo negro que, para ascender socialmente, foi levado a negar e desprezar a própria cultura e o próprio corpo e assumir as características e ideais de ego e comportamento do sujeito branco.

Costa (1983), que prefacia a obra de Santos, afirma que a violência racial está, antes de tudo, na tendência do indivíduo branco em destruir a identidade do negro. O sujeito branco é tido como belo, bom, justo, verdadeiro, símbolo de sabedoria científica, de cultura e civilização, e impõe, assim, uma ideologia ao sujeito negro, levando-o a incorporar o modelo de identificação do sujeito branco. Coagido a desejar uma identidade branca, o negro repudia o próprio corpo. A busca pelo embranquecimento o faz “corrigir” e adequar seu corpo ao ideal de corpo branco, através de procedimentos estéticos, e também o leva a tentar extingui-lo, através da união com pessoas brancas e geração de filhos com cada vez menos características negras.

Nesse processo de branqueamento o sujeito branco parece omitir-se, fazendo com que a desigualdade e violência racial apresentem-se como problemas exclusivos do sujeito negro, assim como afirma Bento (2002) em seu texto “branqueamento e branquitude no Brasil”, no qual expõe alguns aspectos importantes dessas questões que fortalecem a reprodução do racismo. Segundo Bento (2002, p.1), a elite branca não se responsabiliza pelo branqueamento, apesar de tê-lo criado e conservado:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que

solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

Nessa omissão do sujeito branco perante o branqueamento e as desigualdades sofridas pelo negro identifica-se questões de privilégio, de interesses políticos e econômicos, e de mérito. De acordo com Bento (2002) a brancura é privilegiada mesmo em situações de pobreza, no entanto tende-se a considerar a desigualdade não como um problema que envolve raça e cor, mas apenas como um problema de classe social. Outro ponto é a desconsideração do histórico de escravidão dos negros e o silêncio diante dos benefícios gerados por eles aos sujeitos brancos:

Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., etc. (BENTO, 2002, p.3).

Por último identifica-se o argumento do mérito, que legitima a questão dos interesses e manutenção de privilégios dos indivíduos brancos. Segundo Bento (2002) o sujeito branco, além de negar a existência do racismo e ver as desigualdades raciais como problema exclusivo do negro, tende a pautar-se no discurso da meritocracia para justificar seus privilégios, e o sucesso e fracasso das pessoas. “Quando se deparam com informações sobre desigualdades raciais tendem a culpar o negro e, ato contínuo, revelar como merecem o lugar social que ocupam.” (BENTO, 2002, p.19)

Essas questões estão relacionadas com o mito da democracia racial, que segundo Gomes (2005, p.57), trata-se de “uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento”.

De acordo com a autora o mito da democracia racial desconsidera o histórico de escravidão e exploração dos negros no Brasil e nega as diversas manifestações do racismo sofridas por eles atualmente, pregando assim uma falsa harmonia racial. Isso faz com que o preconceito, os estereótipos e a discriminação contra os negros sejam naturalizados e reforçados, acarretando, assim, na perpetuação do racismo.

A escola tem sido espaço de manifestação da violência e desigualdade racial. Romão (2001) apresenta em seu texto “O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro” algumas reflexões sobre a função da escola na construção da autoestima da criança negra. Segundo a autora a instituição escolar muitas vezes desrespeita o dinamismo da cultura negra e leva os alunos a negá-la, influenciando assim na construção da personalidade e autoestima dos mesmos:

A escola adentra nosso comportamento e nossa personalidade cultural, étnica e emocional, e essa criança irá ressignificar seus valores e sua vida em períodos posteriores ao da infância. E até chegarmos a este processo muitos parâmetros introjetados pelas determinações sociais se constituem realidade. (ROMÃO, 2001, p. 175)

Romão (2001) afirma que é necessário promover uma educação que respeite a diversidade cultural e possibilite ao aluno a liberdade para construir sua identidade com base nos seus referenciais culturais, étnicos e sociais, não sendo levado, assim, a negá-los. Desta forma é de grande importância que a escola se conscientize a respeito da violência e da desigualdade racial, para então tornar-se um instrumento de conscientização, a fim de contribuir para o fim da discriminação e exclusão gerada pela ideia de superioridade de pessoas brancas.

Dias (2007) que em sua tese de doutorado busca compreender de que maneira as professoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada voltados para inclusão de práticas pedagógicas para diversidade étnico-racial, afirma que “Evidentemente, a educação não pode eliminar todas as desigualdades [...]. Pode, no entanto, colaborar na construção do que chamamos de percepção da igualdade entre os seres humanos.” (p.65)

É importante que a conscientização sobre a desigualdade racial e a valorização da diversidade comece na Educação Infantil. Segundo Dias (2012, p.189) “[...] a aprendizagem sobre ser negro e ser branco ocorre de diferentes formas para cada criança e começa bem antes da entrada da criança na escola.”

Trinidad (2012) discute em seu texto “Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na Educação Infantil”, possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial em espaços de Educação Infantil a partir de situações com crianças de uma escola de

Educação Infantil da zona oeste de São Paulo. Segundo a autora, atitudes de negação das próprias características físicas, baixa autoestima e situações de discriminação estabelecidas entre as crianças pequenas revelam que elas “[...] em idade pré-escolar já se apropriaram de significados sociais construídos historicamente e que determinam lugares desiguais para os diferentes grupos étnico-raciais. Esses lugares definem as relações sociais pautadas pela inferioridade e pela superioridade.” (TRINIDAD, 2012, p.127).

Trinidad (2012) afirma que por meio de mensagens simbólicas e ocultas as crianças constituem a ideia do que é ser inferior e superior. Ela usa como exemplo a mídia que, exibe, na maioria das vezes, somente pessoas com características brancas, e realiza também uma definição dos papéis sociais apresentando as pessoas negras como inferiores, pobres, com famílias desestruturadas, nas funções de empregadas, e mostrando as pessoas brancas como estabilizadas socioeconomicamente, com empregos bem remunerados, etc.

Dias (2012), afirma que além de inferior, o negro é associado a fatores negativos, a cor preta é representada nas histórias e filmes infantis como sinônimo de maldade, feiura, perigo, etc., por meio de personagens do mal que são negros ou que trajam roupas pretas e escuras. Isso transmite às crianças “[...] uma mensagem pouco mensurável, mas de alto poder para a constituição de representações do que é ser negro” (DIAS, 2012, p.189)

Portanto, assim como afirma Trinidad (2012) as crianças vão tirando suas próprias conclusões e constituindo suas representações de indivíduo, ao aliar suas experiências sobre identidade étnico-racial permeadas de desigualdade aos tratamentos desiguais que vivenciam dentro da instituição de Educação Infantil.

Nesse sentido, não se pode negar a existência da discriminação e da desigualdade na Educação Infantil tampouco desconsiderar as diferenças raciais entre as crianças, pois isso ao invés de erradicar a desigualdade irá reforçar os estereótipos raciais incorporados pelas crianças ao longo de suas vidas, acarretando assim, segundo Dias (2007), a naturalização da desigualdade racial pelas mesmas. Segundo a autora:

Calarmos diante das questões que as relações raciais suscitam entre as crianças pequenas é colaborar para que de um lado, crianças negras, em sua maioria cresçam tímidas, temerosas e envergonhadas de si mesmas. E a escola continue sendo um ambiente que não as acolhe, negando insistentemente sua história e cultura, sem protegê-las contra a violência da discriminação e preconceito raciais. (DIAS, 2007, p. 65)

É preciso possibilitar à criança negra, o seu reconhecimento como indivíduo portador de uma cultura, de uma história e de características, das quais ela não deve se envergonhar e negar a si mesma, sentindo-se inferior. Nesse sentido:

Cabe à educação infantil contribuir educando as crianças para o respeito a si e ao outro. O conhecimento das distintas culturas que compõem a sociedade brasileira e a valorização dos diferentes grupos étnico-raciais são caminhos que devem ser percorridos por todos aqueles comprometidos, de fato, com uma educação infantil de qualidade. (TRINIDAD, 2012, p. 128)

Dornelles (2010) e Reis (2010) realizam em seus textos algumas reflexões sobre corporeidade e identidade na Educação Infantil. Segundo as autoras o educador tem o papel de auxiliar na construção das identidades das crianças, levando-as a valorizarem sua própria identidade e a dos outros, aproveitando assim os diversos momentos do cotidiano escolar para enfatizar a importância da diversidade.

Portanto, é preciso não se deixar levar pelo mito da democracia racial e outras formas de negação do racismo, responsáveis pelo silêncio de muitos educadores diante da desigualdade racial sofrida pelas crianças negras nessa etapa da educação. É necessário o compromisso de todos integrantes da escola, não somente de professores e de educadores, com o rompimento do silêncio e negação do racismo, e consequentemente com a extinção do mesmo, por meio de práticas pedagógicas promotoras da igualdade racial.

2 METODOLOGIA

2.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Foi possível constatar, por meio da contextualização realizada anteriormente, que há pesquisas sobre relações raciais na Educação Infantil. Desta forma, Decidiu-se direcionar a investigação para os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), devido ao fato de serem instituições que se dedicam ao ensino, pesquisa e extensão sobre estudos afro-brasileiros, e que promovem a reflexão acerca das desigualdades étnico-raciais e da promoção da igualdade.

Por meio de uma pesquisa no *site* da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN), foi encontrado um catálogo dos NEABs do país, organizado de acordo com as regiões, contendo informações para contato (*e-mail*, *site*, telefone, endereço). Na região sul foi encontrado ao todo dezessete NEABs, sendo que cinco deles são de universidades federais. Deste modo, há no Paraná apenas o NEAB da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Santa Catarina somente o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Inter-Étnicas da Universidade Federal de Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul o Núcleo de Estudos Contemporâneos, o NEAB da Universidade Federal de Santa Maria e o NEAB da Universidade Federal de Pelotas.

A princípio pretendia-se realizar a pesquisa em todos os NEABs das universidades federais da região sul apresentados, no entanto verificou-se uma dificuldade de acesso aos NEABs de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tanto pela falta de *sites* próprios quanto pela distância, o que impedia a busca das informações, tendo em vista o curto prazo para realização dessa pesquisa. O NEAB da UFPR era o único que possuía um *site* próprio e relativamente atualizado, apesar deste não ter apresentado informações acerca das produções dos seus membros.

No entanto, a proximidade ao espaço deste NEAB tornava possível a busca de suas informações pessoalmente. Tal fato aliado ao vínculo que este NEAB tem com a UFPR, universidade que promoveu a realização deste trabalho de conclusão de curso (TCC), incidiu para que ele fosse escolhido como fonte das investigações sobre as produções de conhecimento referentes às relações raciais na Educação Infantil. Além disso, considerando-se as especificidades do NEAB da UFPR, criou-se expectativas em torno do mesmo, como grupo capaz de colaborar para o aumento

de pesquisas sobre relações raciais na Educação Infantil, possibilitando, assim, a desmistificação de equívocos, preconceitos e estereótipos relacionados a esse campo de estudos e a promoção da conscientização acerca da valorização da diversidade.

Foi investigada a existência de estudos sobre Educação Infantil e relações raciais nos eventos e cursos de especialização e de extensão oferecidos pelo NEAB da UFPR e nas produções de teses, dissertações, monografias e TCCs orientados por professores que pertencem ao núcleo. A pesquisa sobre essas produções de conhecimento ocorreu por meio de algumas etapas, que serão detalhadas a seguir.

2.2 PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Por meio de uma pesquisa no *site* do diretório de grupos de pesquisas no Brasil, o qual reúne informações de todos os grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no país, foi possível encontrar a relação de pesquisadores, estudantes e técnicos pertencentes ao NEAB da UFPR bem como as linhas de pesquisa em que atuam.

O NEAB da UFPR possui uma linha de pesquisa voltada para educação, a qual se chama “Educação e relações étnico-raciais”. Dos quatro pesquisadores relacionados a essa linha existem apenas dois que se dedicam ao estudo das relações raciais na Educação Infantil: Paulo Vinicius Baptista da Silva e Lucimar Rosa Dias. Por meio de uma busca realizada no currículo *Lattes* dos mesmos, foi realizado um levantamento de todos os trabalhos acadêmicos orientados por eles que abordaram as relações raciais na Educação Infantil.

No entanto, como uma das intenções dessa pesquisa foi verificar a presença da temática em questão nas teses, dissertações, monografias e TCCs orientados por professores que pertencem ao NEAB da UFPR, não foi possível considerar as orientações de trabalhos realizadas por Lucimar Rosa Dias, pois seu vínculo ao NEAB da UFPR, bem como o trabalho como docente nesta universidade, se deu apenas a partir de 2014, devido à sua mudança da Universidade Federal do Mato Grosso para a UFPR, e até esse momento não há produções concluídas da professora no âmbito no NEAB e o escopo de tempo da pesquisa não incluiu o ano de 2014. Desta forma, foram apenas analisadas as pesquisas orientadas pelo

professor Paulo Vinicius Baptista da Silva, as quais totalizaram cinco trabalhos, sendo duas monografias de especialização, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A obtenção das dissertações foi realizada por meio de buscas na *internet*, já as monografias e a tese foram fornecidas pela professora orientadora.

Outro campo investigado foi o das produções nos cursos de especialização e extensão ofertados pelo NEAB da UFPR. Para a descoberta de informações sobre a presença da temática em questão neste campo, foi realizada, primeiramente, uma conversa com o Professor Josafá Moreira da Cunha, atual coordenador do NEAB. No entanto ele informou não se dedicar ao estudo das relações raciais na Educação Infantil, conforme constatado na pesquisa realizada inicialmente no *site* do diretório de grupos de pesquisas no Brasil. Desta forma não pode fornecer as informações requisitadas, informando que as mesmas só poderiam ser obtidas por contato via *e-mail* com o professor Paulo Vinícius, o qual, por motivo de formação acadêmica, estava residindo na Itália. O coordenador do NEAB informou também a não possibilidade de consulta ao arquivo de produções teóricas do núcleo, devido ao fato do mesmo se encontrar em um processo de organização.

Diante disso, as informações sobre os cursos e eventos de especialização e extensão foram então obtidas com o professor Paulo Vinícius, o qual relatou que a temática das relações raciais na Educação Infantil nunca foi disciplina específica, porém sempre foi abordada nas disciplinas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e relações raciais nos livros didáticos, as quais foram ministradas em cursos de especialização e extensão em ERER, na modalidade presencial e à distância. Ele informou acerca da existência de trabalhos finais sobre ERER na Educação Infantil, realizados por alunos do curso de extensão presencial em 2013. A aquisição destes trabalhos foi difícil, tendo em vista que foi necessário buscar as informações com diferentes pessoas até a obtenção do contato de um dos alunos do curso, o qual disponibilizou seu trabalho e de mais uma colega. Foi informado por este aluno que mais trabalhos sobre ERER na Educação Infantil foram elaborados por educadoras que realizaram o curso, no entanto foram perdidos, pois estavam arquivados nos computadores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em que as profissionais trabalhavam, os quais passaram por problemas técnicos.

Considerando-se a importância não apenas da aquisição de produções resultantes dos cursos de extensão e especialização, mas também de dados sobre o contexto em que eles estavam, foram obtidas informações sobre o modo de

organização e funcionamento dos cursos por meio de uma conversa realizada com uma tutora do curso de especialização em EREER do NEAB, com a pesquisadora do núcleo Judit Gomes da Silva, que é coordenadora do curso de especialização em EREER à distância, e também com duas integrantes do NEAB que participam da coordenação do curso de especialização em EREER presencial.

Outra informação obtida foi relativa a ocorrência do seminário regional “Educação Infantil e igualdade racial”, evento coordenado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e organizado pelo NEAB da UFPR. No entanto, em vista do curto tempo para realizar a pesquisa e, sobretudo, da dificuldade para conseguir os dados, considerando-se que era preciso obtê-los diretamente com integrantes do NEAB, pois não estavam sistematizados e presentes no *site* do núcleo, não foi possível obter muitas informações sobre este evento, somente sobre os temas tratados no mesmo.

No capítulo a seguir será realizada uma contextualização mais aprofundada em relação à temática das relações raciais na Educação Infantil, tanto no âmbito das questões mais específicas que afligem essa etapa, quanto no campo das legislações e demais ações de âmbito nacional para erradicação do racismo e promoção da igualdade racial, a fim de destacar sob qual panorama se inicia a atuação do NEAB voltada para a Educação Infantil. Em seguida serão apresentadas e analisadas as produções de conhecimento encontradas.

3. PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DO NEAB DA UFPR SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Muitas pessoas afirmam que não existe preconceito racial na Educação Infantil ou asseguram que a causa das discriminações sofridas pelas crianças negras pequenas na escola não é atribuída ao racismo, mas somente a fatores socioeconômicos. No entanto, o racismo se manifesta na sociedade não só de maneira explícita, pela violência verbal e física contra o negro, mas também de forma oculta, por meio de mensagens simbólicas e estereótipos reforçados pela mídia. Estudos comprovam (DIAS, 2007; TRINIDAD, 2012; REIS, 2010; DORNELLES, 2010) que ao negar o racismo, a Educação Infantil faz com que crianças e educadores o naturalizem e o perpetuem, reforçando essas mensagens ocultas, que faz com que as diferenças sejam vistas como fator de superioridade ou inferioridade ao invés de serem respeitadas visando-se a promoção da igualdade racial.

Segundo Silva Jr. e Dias (2011), os meios de comunicação tendem a difundir uma visão negativa do corpo negro, caracterizando-o como feio, sujo, mal cheiroso, inferiorizando o cabelo crespo chamando-o de ruim, etc. De acordo com os autores isso pode afetar a autoestima da criança negra, fazendo-a sentir-se envergonhada e desconfortável com seu pertencimento racial. Tais sentimentos podem aparecer na Educação Infantil e acompanhar toda a trajetória escolar da criança negra.

Atitudes discriminatórias exercidas pelas professoras, tais como diferença no tratamento de crianças brancas e negras, e pelas crianças brancas, tais como desprezo e recusa em brincar com uma criança negra, podem fazer com que esta crie uma referência negativa sobre seu próprio corpo. Segundo Silva Jr. e Dias (2011, p.23):

[...] a relação que a criança estabelece com seu corpo, sede de sua identidade, pode ser marcada pela rejeição que a professora e as outras crianças apresentam em face desse corpo. Se for um corpo rejeitado, a criança também se sentirá mal com este corpo, terá uma alteração em sua autoestima.

A cerca do silenciamento diante do racismo e da utilização de frases que tentam “mascará-lo”, Silva Jr. e Dias (2011, p.25) afirmam que:

Para evitar comportamentos racistas, não adianta que as professoras usem frases de efeito, muito comuns no meio educacional, como: “Para mim, as

crianças são iguais”, “Trato todos do mesmo jeito”, “Aqui, na sala, não tem diferença de cor”, “Nem percebo a cor dos meus alunos”, “Não presto atenção se tem preto ou branco na sala”.

Tais frases, bem como o silenciamento diante de atitudes racistas, não consideram a diversidade presente em sala de aula, não promovendo o reconhecimento e a reflexão sobre as diferenças entre as crianças, negando o racismo na Educação Infantil e abrindo, assim, lacunas para atitudes racistas e discriminatórias ao invés da erradicação das mesmas.

Desta forma, Silva Jr. e Dias alegam que é preciso problematizar as atitudes racistas com as crianças para que não haja uma potencialização das discriminações e preconceitos contra a criança negra. Os autores enfatizam que:

[...] a educação para a igualdade étnico-racial requer uma combinação de ações que coloquem em prática os ideais de uma sociedade mais justa e democrática, em que as crianças negras e indígenas tenham direito a seu pleno desenvolvimento. O papel das professoras torna-se fundamental no sentido de assegurar o direito à educação de qualidade a todas as crianças. (SILVA JR. e DIAS, 2011, p.26)

Tendo em vistas essas e demais questões que afligem a Educação Infantil no campo das relações raciais, é importante compreender como essa temática vem sendo abordada no âmbito das legislações brasileiras e das demais ações de abrangência nacional para erradicação do racismo e promoção da igualdade na Educação Infantil.

A preocupação com a inclusão da diversidade racial na educação teve início na Constituição de 1988. Segundo Silva Jr. (2012, p.11) ela “[...] absteve-se de detalhar o currículo escolar, mas previu três conteúdos obrigatórios em todos os níveis de ensino: a língua portuguesa, as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e educação ambiental.”

A instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 caracterizou um grande avanço em relação à abordagem do tema discriminação e desigualdade racial. De acordo com Lemos (2013, p.8) “Por meio dela, foi atribuída à educação a função de incluir ao processo formativo o princípio de diversidade étnico racial. No entanto, não determinava como seria essa inclusão na prática educacional.”

Somente com a implantação da lei 10.639/03 foram acrescentados à LDBEN 9394/96 o artigo 26-A, modificado em 2008 pela 11.645, que prevê a obrigatoriedade

da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino fundamental e médio, e o artigo 79-B que inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. No entanto, a contemplação da Educação Infantil, só se deu, ainda de forma generalizada, com a aprovação do parecer CNE/CP 3/2004 e da resolução CNE/CP 1/2004, que instituíram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis e modalidades da Educação Brasileira.

Como forma de garantir que as instituições educacionais cumprissem as determinações legais que objetivassem a erradicação do racismo e a promoção da igualdade racial, foi elaborado, em 2009, o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais”, que foi o primeiro documento a abordar de forma específica a Educação Infantil, propondo diversas ações para essa etapa educacional:

- a) Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em EI, possibilitando maior inclusão das crianças afros-descendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- c) Explicitar nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pelas redes de ensino.
- d) Implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo 50 livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente as negra e indígena.
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características Etnicorraciais, de gênero e portadoras de deficiência.
- f) Desenvolver ações articuladas junto ao INEP, IBGE e IPEA para produção de dados relacionados à situação da criança de 0 a 5 anos no que tange à diversidade e garantir o aperfeiçoamento na coleta de dados do INEP, na perspectiva de melhorar a visualização do cenário e a compreensão da situação da criança afrodescendente na educação infantil.
- g) Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil. (BRASIL, 2009, p. 49)

O enfoque específico da valorização da diversidade e combate ao racismo na Educação Infantil também ocorre nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), aprovada em 2009. A proposta de explicitar neste

documento a importância de práticas pedagógicas voltadas para a questão racial na Educação Infantil foi uma meta estabelecida pelo plano nacional para EREB (conforme o item “c” das ações citadas acima), sendo, portanto, cumprida pelas DCNEI, as quais estabelecem no Art. 8º § 1º inciso “ VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.” e “IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.”

Uma importante ação de abrangência nacional para a valorização e promoção da diversidade acontece por meio do programa de Educação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e busca contribuir para a formulação e execução de políticas públicas para erradicação do racismo e promoção da igualdade racial por meio do desenvolvimento de programas de pesquisa e de formação sobre relações raciais em diferentes instituições, de propostas metodológicas, produção de artigos, materiais e textos pedagógicos, entre outras ações voltadas principalmente para rede pública de ensino. O programa tem como carro-chefe o “Prêmio Educar para a Igualdade Racial”, a primeira edição deste ocorreu em 2002 e desde essa época tem como objetivo identificar, difundir, reconhecer, apoiar e incentivar práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à temática étnico-racial, com a intenção de combater o racismo e promover a valorização da diversidade nas escolas. Atualmente o prêmio possui duas categorias para premiação: professor e gestão escolar, e abrange todos os níveis e modalidades da educação básica.

O Prêmio é reconhecido pelo MEC como uma das principais ações realizadas para a promoção da igualdade étnico-racial na educação. A partir de sua quarta edição foi criada a “Rede Educar para a Igualdade Étnico-racial”, formada por professores e demais envolvidos que mantêm contato e compartilham experiências sobre práticas pedagógicas e de gestão escolar voltadas para temática da diversidade e igualdade racial.

Em 2011, o CEERT, juntamente com a Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e o MEC desenvolveu três materiais de referência descritiva, conceitual e normativa para professores e gestores da Educação Infantil. Primeiramente foi elaborada a publicação “Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação

Infantil” organizada, em 2011, por Maria Aparecida Silva Bento em colaboração com especialistas sobre o tema. A publicação é resultante do projeto “Educar para a igualdade racial: institucionalizando práticas e implementando normas para uma educação livre do racismo” e tem como objetivo “[...] apresentar subsídios para práticas pedagógicas e de gestão voltadas para a promoção da igualdade racial na educação infantil” (BENTO, 2011, p.9).

Em seguida foi desenvolvido o livro “Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais”, o qual se trata de uma construção coletiva, organizada por Maria Aparecida Silva Bento, em 2012, que reúne contribuições de importantes especialistas sobre políticas voltadas para as relações raciais na Educação Infantil. O livro propõe “[...] uma perspectiva mais analítica, abrangente, reflexiva sobre a temática da primeira infância, vista pelo ângulo da diversidade racial e da responsabilidade da política educacional infantil, na sua valorização e na promoção da igualdade racial.” (BENTO, 2012, p.7).

No mesmo ano da elaboração deste livro foi elaborada a revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”. Ela foi coordenada pelo CEERT com a colaboração do MEC por meio da Secretaria de Educação Básica e Coordenação de Educação Infantil, da UFSCar, por meio do NEAB desta universidade, e do Instituto Avisa lá. O objetivo da revista foi auxiliar os profissionais da Educação Infantil a romper com as formas de dominação racial executando, assim, o Art. 7, inciso V, DCNEI. O material é resultado de intervenções em duas unidades educativas nas quais foram realizadas reflexões com professores, especialistas e gestores sobre formas de promover a igualdade racial na Educação Infantil a partir das práticas pedagógicas.

É no mesmo tempo histórico dessas ações que visam a promoção da igualdade racial que se iniciam os trabalhos direcionados para Educação Infantil no NEAB da UFPR. Assim como relatado anteriormente, buscou-se pesquisar as produções de conhecimento do NEAB da UFPR, investigando a existência de estudos sobre Educação Infantil e relações raciais nos eventos e cursos de especialização e de extensão oferecidos pelo NEAB e nas teses, dissertações, monografias e TCCs, orientados por professores que pertencem a este núcleo.

Em relação aos trabalhos acadêmicos foram encontradas duas monografias de especialização, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A respeito dos cursos de extensão e especialização, encontrou-se dados sobre a organização

dos cursos de EREER e os conteúdos dos mesmos, e dois trabalhos finais sobre relações raciais na Educação Infantil realizados no curso presencial de extensão em EREER de 2013. Sobre os eventos de extensão, foram encontradas informações acerca da realização do seminário regional “Educação Infantil e igualdade racial”.

A maioria dos trabalhos acadêmicos foram produzidos a partir de 2012, e os trabalhos finais do curso de extensão em 2013, pouco tempo depois do início das ações coordenadas pelo CEERT voltadas para produção de documentos para orientação de práticas de promoção da igualdade racial na Educação Infantil. Portanto, as ações direcionadas para esse campo no NEAB da UFPR são recentes e ocorrem em consonância com a elaboração dos documentos oficiais organizados pelo CEERT em parceria com o MEC.

As produções de conhecimento encontradas no NEAB da UFPR serão analisadas com base nas categorias: gestão; organização dos espaços, materiais e tempos; e experiências de aprendizagem, da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial” (2012), a qual, como já exposto anteriormente, trata de material produzido com a colaboração do MEC para orientar as práticas dos profissionais da Educação Infantil a fim de romper com o preconceito racial. O fato de este material possuir um caráter oficial, sendo, assim, utilizado como referência e apoio às práticas de profissionais de Educação Infantil e das Secretarias de Educação de todo Brasil, possibilitou que fosse escolhido como base para a análise dos dados. Será verificado se as produções de conhecimento do NEAB da UFPR estão tratando da promoção da igualdade racial na Educação Infantil na mesma perspectiva do material.

Sendo assim, no primeiro item a seguir serão abordados os trabalhos acadêmicos, os quais serão apresentados e analisados separadamente, verificando a relação destes com a perspectiva do aporte usado para análise, orientador de políticas para o campo das relações raciais na Educação Infantil. Posteriormente, o próximo item apresentará conjuntamente os cursos de extensão e especialização em EREER, sendo em seguida averiguado os distanciamentos e aproximações dos trabalhos finais do curso presencial de extensão em EREER de 2013, com as concepções do material utilizado para análise. Tendo em vista a escassez de informações sobre o seminário regional “Educação Infantil e igualdade racial”, o mesmo será apenas apresentado.

3.1 TRABALHOS ACADÊMICOS

Neste item serão apresentados e analisados cinco trabalhos acadêmicos de pós-graduação (duas dissertações de mestrado, duas monografias de especialização e uma tese de doutorado) que abrangeram o campo das relações raciais na Educação Infantil e foram orientados pelo professor Paulo Vinícius Baptista da Silva. Estes trabalhos foram considerados nesta pesquisa devido ao fato de serem produções de conhecimento que refletem a ação do NEAB no âmbito das relações raciais na Educação Infantil, tendo em vista que foram orientados por um pesquisador deste núcleo de estudos que se dedica à temática em questão. Houve uma influência direta do NEAB na execução destes trabalhos, sendo os mesmos, portanto, estudos relevantes que emergem a partir deste núcleo.

Os trabalhos acadêmicos serão analisados com base nas categorias: gestão; organização dos espaços, materiais e tempos; e experiências de aprendizagem, da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial” (2012). A análise não se limitará somente à verificação das dissonâncias e consonâncias entre a posição dos autores e a perspectiva do material citado, mas também entre os posicionamentos e ações das instituições pesquisadas pelos autores e as considerações trazidas pela revista.

3.1.1 MONOGRAFIAS DE ESPECIALIZAÇÃO

3.1.1.1 “Práticas de trabalho com relações étnico-raciais na Educação Infantil”

Lemos (2013) analisou as práticas pedagógicas de um CMEI de Pinhais na perspectiva da lei nº 10639/03. Tal instituição foi escolhida devido à realização do “Projeto Étnico-Racial Um Coração Pulsante”, o qual recebeu o prêmio “Orirerê: Cabeças Iluminadas¹” que tem como objetivo incentivar a inserção de conteúdos indígenas, africanos e afro-brasileiros nas escolas conforme o artigo 26 A da LDBEN 9394/96. A autora se baseou na pesquisa nacional “práticas pedagógicas de

¹ O Prêmio Orirerê: Cabeças Iluminadas é uma das estratégias empregadas pelo Centro Cultural Humaitá para valorizar e dar visibilidade à presença negra no Paraná. A premiação é realizada desde 2009 na Assembleia Legislativa do Paraná, no Mês da Consciência Negra. Para mais informações consultar o site: informativocentroculturalhumaita.wordpress.com

trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10639/03” a qual buscou mapear e analisar as práticas pedagógicas realizadas por escolas da rede pública de ensino na perspectiva da referida lei. Lemos adaptou os instrumentos metodológicos desta pesquisa nacional para realização da coleta dos dados em seu trabalho, que ocorreu por meio de observação de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Na primeira parte de sua monografia Lemos apresenta e analisa aspectos da legislação voltados para as relações raciais na Educação Infantil, tanto no âmbito nacional quanto municipal. Posteriormente a autora realiza uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão, com foco na literatura infanto-juvenil e na arte. Por fim, analisa os resultados das observações do espaço do CMEI em que fez sua pesquisa e das entrevistas realizadas com a pedagoga, diretora e uma professora da instituição.

Lemos direcionou sua investigação no CMEI pesquisado para as práticas pedagógicas que envolviam literatura e arte. Desta forma tais práticas, e as reflexões da autora sobre as mesmas, serão analisadas conforme as categorias “organização dos espaços, materiais e tempos” e “experiências de aprendizagem” da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”.

Segundo Lemos (2013, p.27) “[...] o CMEI tem a preocupação de formar um ambiente educativo que proporcione às crianças um contato com ‘artefatos culturais’ que promovam valores e a igualdade racial”. Tal aspecto está expresso no trabalho com livros de literatura e atividades artísticas que valorizam a identidade e cultura negra. Desta forma é possível observar uma consonância entre as ações do CMEI e a perspectiva do aporte utilizado para análise no que diz respeito à organização de um ambiente de aprendizagem promotor da igualdade racial:

Os ambientes de aprendizagem para a igualdade racial devem ser abertos às experiências infantis e possibilitar que as crianças expressem seu potencial, suas habilidades e curiosidades e possam construir uma autoimagem positiva. Educar para igualdade racial na Educação Infantil significa ter cuidado não só na escolha de livros, brinquedos, instrumentos, mas também cuidar dos aspectos estéticos, como a eleição de materiais gráficos de comunicação e decoração condizentes com a valorização da diversidade racial. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2013, p.20)

De acordo com Lemos (2013, p.29) “[...] a literatura infantil é uma ferramenta que pode valorizar a identidade negra”. A autora relata em sua monografia que havia

alguns livros de literatura infantil no acervo bibliográfico do CMEI que contemplavam a temática da diversidade racial. Dentre os livros trabalhados no projeto realizado pelo CMEI destacam-se “A menina bonita do laço de fita”, “As tranças de Bintou”, “África de dona Biá” e “Bruna e a galinha d’Angola”, os quais tratam de assuntos referentes à cultura africana e à contribuição desta para cultura brasileira, ancestralidade, valorização da diversidade, etc. Após a contação dessas histórias as professoras organizaram rodas de conversas com as crianças do CMEI como forma de reflexão acerca dos temas trazidos pelos livros.

Observa-se então que o trabalho com a literatura no CMEI contempla o que está disposto na perspectiva do material de análise com relação aos portadores de texto, tais como a atenção à escolha de livros que protagonizem a população negra em importantes fatos históricos, e a apresentação da imagem de pessoas negras, bem como o destaque de crianças negras nas histórias, feitos de modo positivo. Além disso, a discussão de temas voltados para questões raciais nas rodas de conversas também se apresentam em consonância com as ideias dispostas no material utilizado para análise:

À medida que os temas relativos às questões raciais também estiverem presentes e disponíveis para a conversa entre as crianças, eles poderão, com base em seus modos próprios de pensar e ver o mundo, ampliar o que sabem e aprender a lidar com essas questões, de forma com que enriqueçam a vida no coletivo. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2013, p.37)

Lemos destaca a produção de autorretratos pelas crianças após a contação da história “as tranças de Bintou”, que segundo a autora oportunizou que as crianças pudessem se autovalorizar por meio do desenho, construindo uma imagem positiva sobre si mesmas. O autorretrato é um instrumento preconizado pela perspectiva da revista utilizada para análise como “[...] um forte aliado para o desenvolvimento da expressão criativa das crianças. Além de ser um a linguagem possível para que elas expressem o que pensam sobre o mundo, o que sentem” (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2013, p. 44)

O único fator observado por Lemos no CMEI em que fez sua pesquisa, que se distancia do que está disposto no material adotado para análise diz respeito às bonecas presentes nas salas de aula. Segundo autora, há presença de bonecas brancas e negras nas salas, porém estas últimas aparecem em pouca quantidade e

com características de pessoas brancas. Segundo a perspectiva do aporte utilizado para análise, é preciso que as bonecas e bonecos escolhidos para a Educação Infantil possuam traços de pessoas negras, não sendo apenas bonecas com traços de pessoas brancas pintadas de marrom:

Ao escolher bonecas e bonecos negros, é preciso olhar para a diversidade de tonalidades de pele, de traços e de tipos de cabelo. Será que as bonecas escolhidas expressam a diversidade? Assim como a boneca loira de olhos azuis não traduz a diversidade de tipos de raça branca, também ao escolher as bonecas e os bonecos negros devemos procurar aqueles que representam os negros na sua variedade de tons de pele e tipos de cabelo, a pluralidade fenotípica que caracteriza a população negra. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2013, p.22)

Segundo Lemos (2013, p.46) “A pesquisa no CMEI dedo mágico serviu para compreender a dinâmica que gira em torno dos procedimentos e diretrizes que a lei estabelece.” A autora aponta que apesar dos avanços na implantação da lei 10.639/03 a partir da realização do “projeto étnico racial um coração pulsante” pelo CMEI, este ainda apresenta muitos desafios no que se refere a investimentos à aquisição de materiais e à formação continuada dos professores, considerados pela autora os principais agentes transformadores do processo de implantação da EREER na Educação Infantil. No entanto, percebe-se a contemplação das ideias e propostas presentes na revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial” no que se refere às práticas educativas realizadas no CMEI.

3.1.1.2 “Relações étnico-raciais na perspectiva da lei n.º 10.639/03 em um centro municipal de Educação Infantil de São José dos Pinhais.”

Semelhante à pesquisa realizada por Lemos, Ghiggi (2013) buscou identificar, mapear e analisar as práticas pedagógicas na perspectiva da Lei n. 10639/03 em um CMEI de São José dos Pinhais, baseando-se na pesquisa nacional “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-raciais na Escola na Perspectiva da Lei n.º 10.639/03”.

Ghiggi fez a coleta das informações por meio de observações do espaço, do cotidiano e dos documentos da instituição e também por meio de entrevistas com os profissionais da mesma. Desta forma, a autora estruturou sua monografia em três capítulos. No primeiro capítulo expõe os procedimentos metodológicos realizados, a

contextualização do município de São José do Pinhais e do CMEI pesquisado, e uma breve retrospectiva da legislação voltada para a Educação Infantil. No segundo capítulo a autora apresenta as práticas pedagógicas observadas no CMEI e no terceiro as impressões das professoras sobre as questões étnico raciais na Educação Infantil.

Ghiggi analisa vários aspectos que constituem a prática pedagógica do CMEI, tais como os espaços, os brinquedos, os livros de literatura infantil, o projeto político pedagógico e a formação continuada. Desta forma, as práticas do CMEI pesquisado por Ghiggi serão analisadas conforme as três categorias da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”: “gestão”, “organização dos espaços, materiais e tempos” e “experiências de aprendizagem”

Em relação à organização dos espaços, Ghiggi observou no CMEI em que realizou sua pesquisa uma grande presença de imagens decorativas estilizadas produzidas pelas professoras, muitas representando desenhos animados da *Walt Disney*². A autora aponta que em meio a essas decorações encontrou a presença de imagens de crianças negras, no entanto estas se encontravam em minoria. Observa-se então um distanciamento da proposta do CMEI no âmbito da organização dos espaços em relação à perspectiva do material utilizado para análise, a qual preconiza que:

[...] a escolha das imagens que povoam a unidade educativa devem incluir a questão racial. Belas imagens de negros em posições de prestígio, motivos da arte africana, reproduções de obras de artistas negros, fotos de crianças e suas famílias, e nos espaços mais destacados, os desenhos e as produções das crianças, etc. são exemplos que podem fazer parte do acervo das instituições de Educação Infantil. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.20)

Segundo Ghiggi, o CMEI possui vários brinquedos, no entanto, não há a presença de nenhuma boneca negra. O mesmo ocorre em relação aos livros de literatura infantil que a instituição possui, não há livros que abordam a temática racial. Tal fato também entra em dissonância com as considerações do aporte utilizado para análise, o qual aponta que:

² Empresa multinacional de mídia de massa conhecida pelos seus produtos de estúdio de cinema. A Walt Disney é autora de famosas produções cinematográficas, tais como os filmes de contos de fada “Cinderela” e “Branca de Neve”, e os desenhos animados “Mickey Mouse” e “Pato Donald”.

Ter em mãos bonecas e bonecos negros, instrumentos musicais usados nas manifestações afro-brasileiras e livros que contemplem personagens negros representados de modo positivo é fundamental para o desenvolvimento de uma educação para a igualdade racial. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p. 22)

Essa ausência de brinquedos, livros e imagens voltadas para questão racial no CMEI é, de acordo com Ghiggi, reflexo da ausência da abordagem dessa temática no projeto político pedagógico (PPP) da escola, bem como da falta de formação continuada voltada para perspectiva étnico-racial, algo que é do interesse das professoras, mas não é contemplado na instituição. Os apontamentos feitos pelo material utilizado para análise ressaltam a importância da oferta de formação continuada que proporcione o estudo sobre questões raciais e a contemplação desse tema no PPP:

Os profissionais da instituição de Educação Infantil constituem um corpo vivo e dinâmico, responsável pela construção do projeto educacional, conhecido como projeto pedagógico. Nele, os conhecimentos relativos ao tema racial devem ser contemplados. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.15)

A falta de investimento pedagógico voltado para a temática racial e valorização da diversidade acarretou no fortalecimento da ideia de que a Educação Infantil é um espaço livre de preconceito racial, principalmente entre as crianças. Isso pode ser constatado na fala de uma das professoras entrevistadas Ghiggi:

Professora A - “Em quatro anos nunca vi nenhum caso de discriminação nem entre as crianças, nem entre os adultos. Também a gente trabalha com os pequenos, não tem preconceito. Não tem necessidade (de trabalhar as questões étnico-raciais), pois não tem discriminação. Sabe eles são pequenos, geralmente não tem preconceito. Elas (as crianças) vão crescendo aí que começa.” (GHIGGI, 2013, p.41)

Segundo as considerações do material utilizado para análise “[...] a discriminação e a formação do pensamento racial começam muito cedo, ao contrário do que pensa o senso comum. As crianças percebem as diferenças físicas, principalmente a cor da pele e o tipo de cabelo.” (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.29)

Portanto, pode-se perceber que ao contrário do CMEI pesquisado por Lemos (2013), a proposta e a prática pedagógica da instituição analisada por Ghiggi não estão em consonância com a perspectiva da revista “Educação Infantil e Práticas

Promotoras de Igualdade Racial”, apresentando uma realidade muito diferente no que se refere à execução e tradução das leis que promovem a implantação da ERER.

Pode-se dizer que é possível notar o incentivo do NEAB da UFPR na realização de trabalhos em nível de especialização que investigam como vem ocorrendo o processo de inserção das legislações que visam a promoção da igualdade racial na Educação Infantil, o que contribui para dar maior visibilidade ao tratamento da temática racial na prática educativa.

No entanto, é importante ressaltar que Ghiggi e Lemos não utilizaram as DCNEI como documento legislativo de referência para análise de suas monografias, pautando-se na LDBEN (alterada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08), verificando as práticas pedagógicas dos CMEIs apenas a partir da mesma. Tal fato permite refletir que a maior ênfase atribuída à Lei que promove a igualdade racial de maneira mais generalizada ao invés das DCNEI, indica a baixa apropriação do NEAB para normativas específicas do campo da Educação Infantil, pois apesar da alteração do Art. 26-A da LDBEN operar na mesma perspectiva, as DCNEI dialogam de modo mais direto com as atribuições pertinentes à Educação Infantil e com as especificidades da mesma.

3.1.2 DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

3.1.2.1 “Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC”

Carvalho (2013) investigou em sua dissertação de mestrado os limites, dificuldades e contradições nas formas de interpretação, de implantação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial da rede municipal de Educação Infantil de Florianópolis, em Santa Catarina.

Levando em consideração a complexidade da execução das políticas educacionais no campo das relações raciais na Educação Infantil, o qual, segundo Carvalho, é marcado por contradições, divergências e formas de compreensão socialmente determinadas, a autora se utiliza da abordagem do Ciclo de Políticas, de Stephen Ball; Richard Bowe (1992; 1994). Esta abordagem serve de subsídio para compreensão das políticas e considera três contextos: Contexto de Influência,

Contexto da Produção de Texto, Contexto da Prática, os quais foram utilizados pela autora em seu trabalho. No primeiro capítulo de sua dissertação Carvalho apresenta a metodologia utilizada em sua pesquisa, realizando assim uma caracterização mais detalhada do Ciclo de Políticas e seus três contextos.

No segundo capítulo, a autora apresenta assuntos relacionados ao Contexto de Influência, problematizando assim questões sobre as relações raciais no Brasil, tais como branquidade normativa, etiqueta das relações raciais, mito da democracia racial, etc., fundamentando as análises realizadas na pesquisa. Ela também realiza um mapeamento da população de Florianópolis, segundo raça/cor e uma revisão bibliográfica sobre Educação Infantil e relações raciais.

No terceiro capítulo, Carvalho traz questões referentes ao Contexto da Produção de Texto, analisando, desta forma, a inserção da diversidade étnico-racial nas políticas da Educação Infantil a partir dos documentos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

Por fim, autora situa o quarto capítulo no Contexto da Prática, investigando, por meio de entrevistas, questionários e análises de dados sobre matrículas, oferta de formação continuada, aquisição de obras literárias, materiais e etc., as formas de interpretação, (re) contextualização e tradução das políticas de promoção de igualdade racial por parte da Diretoria de Educação Infantil e das diretoras das creches e núcleos de Educação Infantil do município pesquisado.

A dissertação de Carvalho tem como foco a gestão na Educação Infantil articulada com as políticas de promoção da igualdade racial nesta etapa da educação. Desta forma, é possível analisar seu trabalho com base na categoria “Gestão” da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”.

Um dos pontos levantados por Carvalho se refere à Gestão realizada em equipe. A autora defende que “[...] as ações não podem ficar personalizadas em uma única pessoa e sim serem contempladas enquanto uma política pública integrante do compromisso de Estado” (CARVALHO, 2013, p.161). Tal posição condiz com a visão de gestão democrática e pluralista defendida pela perspectiva do material escolhido para análise:

A gestão de um ambiente educativo que tem como objetivo educar para a igualdade racial não é tarefa de uma pessoa só. As Secretarias de Educação dos Municípios, por meio de suas equipes técnicas, diretores, coordenadores pedagógicos, os professores e equipe de apoio, as famílias e a comunidade precisam se unir com o objetivo de transformar a situação

de discriminação existente nos ambientes escolares. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.13)

Em relação ao estudo sobre a oferta de formação continuada pela Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis, Carvalho constatou que temas referentes à diversidade étnico-racial, educação das relações étnico-raciais e promoção da igualdade racial vêm sendo problematizados nas formações continuadas, integrando o cotidiano da Educação Infantil. Este dado revelado na pesquisa da autora alude sobre o empenho das instituições da primeira etapa da educação básica em contribuir para promoção da igualdade racial, algo que também está em consonância com a perspectiva de análise utilizada:

Criar e manter espaços de formação tem fundamental importância. Momento e lugar especialmente destinados à formação devem possibilitar o encontro entre profissionais para a troca de ideias sobre a prática, para a supervisão, estudos sobre a questão racial, organização e planejamento de uma rotina prazerosa do tempo e das atividades e outras questões relativas ao projeto em pauta. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.16)

Acerca dos materiais literários sobre a temática racial, Carvalho relatou a busca da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis pela inserção de livros que contemplem esse campo na política de aquisição de livros, a qual “[...] buscou superar a compra de materiais que representam o negro em situações estereotipadas, estigmatizadas e subalternizadas, contemplando contos africanos, os quais pretendem abordar aspectos da história e cultura africana.” (CARVALHO, 2013, p.188). Outra ação da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis para a promoção da igualdade racial se deu por meio da compra de bonecas negras e cremes para cabelo crespo, sendo esta última, segundo Carvalho (2013, p.211) uma “medida que protagoniza as crianças que costumeiramente são colocadas em situações subalternas, bem como contribui para o processo do educar e cuidar.”

No que se refere à aquisição de materiais necessários para uma educação promotora da igualdade racial, a perspectiva de análise adotada salienta a responsabilidade do MEC e demais entidades públicas na garantia de recursos para compra de materiais voltadas para o trabalho com a diversidade racial, bem como a dificuldade dos gestores em conseguir recursos, fato relatado por Carvalho no que se refere ao empenho da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis em conseguir livros que visam à promoção da igualdade étnico-racial apesar de não

existirem recursos no município voltados para a compra dos mesmos. De acordo com o ponto de vista do material utilizado para análise:

As Secretarias de Educação são responsáveis por prover as unidades de brinquedos, livros, mobiliário e demais materiais e formação para questões específicas sobre o tema. Sabe-se também da enorme disposição dos gestores para organizar eventos nos quais os recursos são amealhados para comprar materiais específicos. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.18)

Segundo Carvalho, a Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis apresentou uma concepção de política que aborda a promoção da igualdade racial, bem como a valorização e respeito às diferenças na Educação Infantil, colocado em prática ações que concretizassem esses objetivos, apesar de resistências apresentadas por parte de algumas gestoras das creches e núcleos de Educação Infantil de Florianópolis. Portanto, foi possível constatar que a rede de Educação Infantil investigada pela autora apresentou concepções e práticas que visam o rompimento do preconceito racial, agindo na mesma perspectiva das orientações existentes na categoria “Gestão” do material produzido com a parceria do MEC “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”.

Ressalta-se a importância do NEAB como agente estimulador de produções que analisem a implantação de políticas voltadas para EREER na Educação Infantil, tendo em vista a relevância da compreensão de como vem ocorrendo a concretização das determinações legais que visam a promoção da igualdade racial na educação.

3.1.2.2 “Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para Educação Infantil”

Oliveira (2010), utilizando como aporte teórico a Hermenêutica da Profundidade, que se trata de um sistema de interpretação que permite a identificação de relações assimétricas de poder, observou e analisou as estratégias ideológicas presentes no texto e nas imagens de vinte livros de literatura infanto-juvenil integrantes de um dos três acervos do Programa Nacional Biblioteca da

Escola ³ (PNBE), destinados às instituições de Educação Infantil no ano de 2008. A intenção da autora foi verificar como se configura a relação entre brancos e negros presentes nos livros e em que medida os discursos dos mesmos se aproximam e se distanciam da lei 10.639/2003.

Desta forma, Oliveira organizou sua dissertação em três partes. Na primeira parte ela apresenta o conceito de ideologia e da Hermenêutica da Profundidade. Na segunda ela analisa o contexto sócio histórico de produção dos livros de literatura infantil, apresentando questões referentes à Educação Infantil, literatura infantil e as relações raciais nesse campo, às relações raciais na escola brasileira e ao PNBE. Na terceira parte apresenta os resultados da análise das obras do acervo do PNBE destinado à Educação Infantil em 2008.

A escolha de Oliveira por analisar o PNBE de 2008 deve-se ao fato de este ser o ano em que o programa voltou-se pela primeira vez à Educação Infantil. As análises dos livros realizadas pela autora a permitiram constatar a escassa presença de personagens negros tanto nos textos como nas imagens. Alguns livros retrataram os negros positivamente nas ilustrações, no entanto não deram voz a eles, colocando-os em papéis secundários, sem protagonizá-los em nenhum momento. Segundo Oliveira (2010, p.139):

[...] os personagens negros não receberam um papel de exercício de poder, ou ao menos dividem essa possibilidade com algum outro personagem. Trabalha-se nesse aspecto a hipótese de diferenciação, ou seja, os personagens negros não são relacionados a nenhum papel de poder, são apenas apresentados nas imagens, apesar de as imagens trazerem em alguns livros personagens negros bem desenhados e bem colocados diante das figuras de personagens brancos.

Oliveira também ressalta a maior valorização das características do branco, que é colocado como padrão a ser seguido, reforçando assim a naturalização da condição do branco. Desta forma, apesar das raras exceções observadas pela autora, as obras do PNBE de 2008 destinadas à Educação Infantil estão em dissonância com a perspectiva da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial” que alerta para a atenção com algumas questões na escolha dos livros:

³ Programa Nacional Biblioteca da Escola é uma política pública do governo, criada em 1997, que busca ampliar as bibliotecas escolares e dar acesso a alunos e professores a uma cultura letrada por meio da distribuição gratuita de livros de literatura enviados anualmente às escolas.

- há pessoas negras que ocupam diversas posições sociais e profissionais, como médicos, professores, empresários etc;
- as crianças encontram-se em posição de destaque de um modo positivo;
- a imagem de pessoas negras é apresentada de modo positivo e não pejorativamente;
- a população negra é apresentada como protagonista importante de fatos históricos e não apenas como escrava. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.22)

Oliveira concluiu que em relação ao PNBE dos anos anteriores a 2008 houve uma melhora na representação das características do negro, no que se refere à valorização da estética dos mesmos. No entanto prevalece o protagonismo branco nas histórias e a maior quantidade de personagens brancos, o que permitiu à autora constatar um certo atendimento à lei 10.639 no programa, havendo ainda muitos aspectos a serem contemplados.

Assim como nas demais produções acadêmicas analisadas, foi possível perceber na dissertação de Oliveira o incentivo do NEAB da UFPR em promover a investigação de como vem sendo atendidas as legislações destinadas à promoção da igualdade racial. No entanto, na dissertação da autora, a pesquisa é voltada para uma política pública de âmbito nacional que atinge a Educação Infantil, e não diretamente para análise do interior das instituições que atendem essa etapa, como ocorre nos outros trabalhos, sendo, dessa forma, uma observação mais ampla do cumprimento da LDBEN (alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) e das DCNEI.

3.1.3 TESES DE DOUTORADO

3.1.3.1 “A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na Educação Infantil”

Amaral (2013) em sua tese, investigou as possibilidades de construção da identidade étnico-racial de crianças de 3 a 5 anos, que frequentavam as turmas de Maternal III e Pré I de um CMEI de Curitiba⁴, analisando assim a maneira como as

⁴ A autora atribui o nome fictício “Gralha Azul” ao CMEI, com vistas a preservar a identidade da instituição. Realizou a mesma ação no que se refere às crianças e aos profissionais do CMEI.

crianças percebiam, entre elas e junto aos adultos, as questões ligadas às relações étnico-raciais.

A autora realizou uma pesquisa qualitativa, baseando-se principalmente na observação para fazer a coleta dos dados, registrando por meio da escrita e da fotografia, as falas, gestos e ações das crianças e profissionais do CMEI. Também realizou a aplicação de um questionário e entrevistas informais com os professores e educadores da instituição.

Desta forma, a autora organizou seu trabalho em quatro capítulos. No primeiro deles discute conceitos de criança e infância com base em referenciais teóricos da Sociologia da Infância, e apresenta um breve cenário da Educação Infantil no Brasil e em Curitiba, destacado esta instituição como uma possibilidade para as crianças pequenas viverem suas infâncias. No segundo capítulo aborda algumas particularidades das relações étnico-raciais no Brasil e discute o conceito de identidade, defendendo que o mesmo é socialmente construído. No terceiro capítulo apresenta a metodologia de sua pesquisa, caracterizando os procedimentos utilizados. No quarto capítulo analisa os dados coletados durante a pesquisa de campo realizada no CMEI, destacando as opiniões das crianças e adultos a respeito da construção da identidade étnico-racial.

A pesquisa realizada por Amaral enfatiza questões referentes às vivências e interações entre crianças e adultos do CMEI, bem como a organização dos ambientes e espaços da instituição, como elementos que influenciam na construção da identidade. Desta forma, o panorama da instituição pesquisada pela autora, assim como suas reflexões sobre o mesmo serão analisados com base nas categorias “organização dos espaços, materiais e tempos” e “experiências de aprendizagem” da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”.

Em relação aos cartazes, murais, figuras e demais elementos decorativos presentes no CMEI, Amaral destaca a predominância de imagens de personagens e crianças brancas em todos os ambientes, sendo rara a presença de representações de crianças negras. Segundo a autora, até mesmo a logomarca impressa no uniforme utilizado pelas crianças do CMEI era composta pelo desenho de crianças brancas com cabelos lisos e olhos claros. Dessa forma, Amaral (2013, p.146) aponta que tal situação pode acarretar na desvalorização e negação das próprias características pelas crianças negras:

Diante de tais imagens, que cercavam as crianças negras e brancas em todos os ambientes do CMEI, é possível considerar que se torna bastante difícil que as crianças negras valorizem sua cor, seus traços, enfim, seu pertencimento étnico-racial, sendo, infelizmente, até previsível que elas optem por tentar se aproximar do padrão branco, negando suas características étnico-raciais.

É possível constatar um grande distanciamento entre a ação do CMEI no que tange à escolha das imagens, fotos e ilustrações que o constituem, e a proposta do material utilizado para análise, uma vez que este, assim também como Amaral, defende a contemplação da questão racial nas figuras que compõem a instituição de Educação Infantil:

Os ambientes de aprendizagem para igualdade racial devem ser abertos às experiências infantis e possibilitar que as crianças expressem seu potencial, suas habilidades e curiosidades e possam construir uma autoimagem positiva. Educar para igualdade racial na Educação Infantil significa ter cuidado não só na escolha de livros, brinquedos, instrumentos, mas também cuidar dos aspectos estéticos, como a eleição dos materiais gráficos de comunicação e de decoração condizentes com a valorização da diversidade racial. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.20)

No âmbito das interações ocorridas no cotidiano do CMEI, Amaral destaca muitas situações de discriminação, preconceito e valorização da identidade branca em detrimento da identidade negra. Tais fatos ocorriam tanto entre crianças e educadoras, como entre as próprias crianças nos momentos de brincadeira, tal como ocorre no caso de José, um menino negro do pré-escolar que nunca era escolhido para ser nomeado na brincadeira cantada “Quem pegou pão na casa do João?”, e no caso de Eliane, uma menina branca, também do pré-escolar, que sempre assumia posições de liderança nas brincadeiras, e, assim como afirma a autora, era confiante na supremacia que a cor branca lhe proporcionava, colocando-se como superior às colegas negras.

Amaral ressalta a desatenção das educadoras e professoras diante dessas situações de discriminação:

O que mais me causava estranhamento era o fato de que, esses breves, porém significativos episódios de discriminação e por que não dizer de dominação racial não eram percebidos, problematizados, enfrentados pelas educadoras/professoras. Desse modo, as situações eram “naturalizadas”, deixando a impressão de que os conteúdos, os enredos das brincadeiras das crianças não mereciam atenção, não eram dignos de observação e intervenção por parte dos docentes. (AMARAL, 2013, p.159)

Observa-se uma dissonância entre o descaso das educadoras e professoras frente às situações de discriminação existentes entre as crianças e a perspectiva do aporte utilizado para análise:

O professor precisa estar atento às falas depreciativas em relação aos colegas, às exclusões de brincadeiras, e deve mediar conflitos surgidos entre elas que tenham como motivo questões raciais. Apoiar boas experiências de relacionamento entre as crianças, fazendo com que reconheçam positivamente as diferenças, ajuda a combater preconceitos e discriminações. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.33)

Amaral destaca a desqualificação das características físicas dos indivíduos negros e a valorização dos traços físicos brancos pelas crianças do CMEI. Nos relatos explicitados por Amaral é possível notar a manifestação de tais atitudes pelas crianças, como na preferência pelas bonecas brancas e repulsa pelas bonecas negras, no tom de desprezo com que algumas crianças se referiam aos negros, no desejo e na veneração pelos cabelos lisos e loiros:

Num dos cantos as meninas brincavam de salão de beleza e enquanto fingiam lavar os cabelos das bonecas diziam uma para outra: - Tem que passar bastante, bastante, bastante creme. Ao ouvir essa afirmação tão incisiva, perguntei: - Para quê? - Para ficar lisinho. - E se não passar creme? - Fica enrolado. - E o seu cabelo como é? - Eu passo meu xampu roxo e meu creme e ele fica lisinho. - Mas enrolado não é bonito? Insisto. - Não, bem lisinho. A conversa sobre o creme e as indicações de passar bastante creme foi compartilhada pelas outras meninas, todas de cabelos cacheados ou crespos (Diário de bordo, MIII, 20/04/2012). (Amaral, 2013, p.174)

A autora ressalta outras situações ao longo de sua tese que retratam a influência que o padrão de beleza branco, que se faz dominante na sociedade, exerce sobre as crianças pequenas, principalmente sobre as crianças negras, as quais são conduzidas a “embranquecer”, almejando obter características brancas, e até mesmo negando sua identidade negra e reconhecendo-se como brancas. Por isso se faz necessário o trabalho com a identidade afro-brasileira, que oportunize momentos que proporcionem a construção de uma autoimagem positiva pela criança, assim como propõe o referencial utilizado para a análise:

Se as crianças negras receberem mensagens positivas do adulto e de seus pares acerca de seus atributos físicos e demais potencialidades, aprenderão a se sentir bem consigo. De outro lado, se as crianças brancas

aprendem que seus atributos físicos e culturais não são os melhores nem os únicos a ser valorizados, os dois grupos aprenderão a considerar as diferenças como parte da convivência saudável. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p.29)

Nas considerações finais de sua tese, Amaral ressalta que a instituição não dá visibilidade à população negra, apresentando à criança negra apenas alternativas voltadas para o padrão branco, tais como um ambiente repleto de representações de personagens brancos, em que a branquidão é constantemente estimada pelas educadoras. Tais profissionais não trabalham com a valorização dos atributos físicos e elementos da cultura negra na prática pedagógica, limitando, assim, as possibilidades de construção da identidade étnico-racial pelas crianças.

Assim como foi observado nas monografias de especialização de Lemos (2013) e Ghiggi (2013), percebe-se também o incentivo do NEAB da UFPR voltado para a investigação das relações raciais no cotidiano da Educação Infantil em trabalhos em nível de doutorado, como é o caso da tese analisada, que tem como diferencial a busca pela compreensão de como se constrói a identidade étnico-racial da criança na primeira etapa da educação, por meio da observação dos ambientes, espaços, e, sobretudo, das falas e ações das crianças. Isso se configura como uma grande conquista, já que existem poucos trabalhos acadêmicos de pós-graduação que protagonizem a criança na execução das pesquisas, dando voz às mesmas. Desta forma, vale ressaltar a importância dessas pesquisas na desmistificação da ideia de ausência de preconceitos e discriminação na Educação Infantil, destacando o NEAB como agente estimulador desse processo e defensor da EREER nessa etapa da educação.

3.2 CURSOS DE EXTENSÃO E ESPECIALIZAÇÃO

O NEAB da UFPR oferta cursos de extensão e especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), na modalidade presencial e à distância, para professores e demais profissionais da educação, a fim de proporcionar a eles conhecimentos acerca das questões raciais e da cultura afro-brasileira, possibilitando, assim, uma formação que os prepare para implantação da LDBEN (alterada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008) nas escolas.

O curso de especialização em ERER na modalidade presencial é ofertado pelo NEAB desde 2011. A modalidade à distância desse curso surgiu a partir do presencial, e passou a ser ofertada neste ano, estando, assim, na sua primeira edição, que se iniciou no dia 21 de Janeiro e tem o término previsto para outubro de 2015. O curso, em suas duas modalidades, busca oferecer condições aos professores e profissionais da educação de cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 206, I, Art. 208, Art. 210, Art. 215, Art. 216, § 1º do Art. 242 e ato das disposições transitórias ADCT, Art. 68, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na LDBEN 9.394/96, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito ao acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. O curso tem como centralidade instrumentalizar a implantação da lei 10.639/2003 no currículo escolar e assim contribuir com a construção de um conhecimento que poderá influenciar no desenraizamento do racismo da sociedade brasileira.⁵

A realização do curso de especialização em ERER à distância ocorre por meio do NEAB, da UFPR, da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), da Coordenação de Políticas Inovadoras na Educação (CEPIGRAD), da Coordenação de Políticas de Formação de Professores (COPEFOR), da Coordenação de Políticas de Integração de Educação a Distância (CIPEAD) e do MEC. O curso presencial é realizado pelas mesmas unidades executoras, exceto pela CIPEAD.

O curso de especialização em ERER, em suas duas modalidades, é direcionado a professores, pedagogos e diretores que atuam na rede pública de

⁵ Informações encontradas nos editais de seleção de alunos para realização dos cursos.

ensino, portadores de diploma de curso superior com formação específica e/ou licenciatura plena. O curso à distância oferta mais de 200 vagas, distribuídas entre Curitiba, Araucária, Pinhais, Almirante Tamandaré e Campo Largo, já o curso presencial oferece apenas 50 vagas para Curitiba, Araucária e Pinhais. Para concorrer às vagas, tanto do curso presencial como do à distância, os candidatos passam por um processo seletivo realizado pela UFPR.

O curso de especialização em EREER à distância conta com tutores, que auxiliam os alunos no uso das tecnologias, organizam e aplicam as atividades programadas e participam das reuniões com os professores especialistas que ministram os conteúdos. Ele está estruturado em doze módulos (semelhantes às disciplinas, que abordam diferentes conteúdos) distribuídos em uma carga horária de 360 horas, sendo 30% desta destinada a encontros presenciais, os quais exigem 75% de frequência. Doze meses do curso são voltados para o cumprimento dos módulos, acrescido de seis meses para elaboração e defesa da monografia.

A realização do curso de especialização em EREER presencial ocorre aos sábados, por meio de encontros entre professores e alunos, nos quais são feitas atividades, discussões e leituras a partir de artigos reunidos na “Coleção Cadernos NEAB-UFPR”⁶. Este curso possui o mesmo conteúdo⁷ e a mesma carga horária do curso à distância, prevendo, também, a elaboração de uma monografia nos últimos seis meses, sendo os doze primeiros meses voltados para realização de aulas presenciais. No quadro a seguir estão expostos os módulos, com seus respectivos conteúdos, trabalhados nas duas modalidades do curso:

MÓDULOS	CONTEÚDOS
Módulo 1 - Introdução conceitual	• Concepções e políticas de Educação a Distância em diferentes contextos históricos. • Conceitual EaD e ferramenta Moodle. • Proposta de implementação da Lei n.10.639/2003 nos espaços escolares. • A LDB, Lei n. 1069/03, o parecer 01/2004 do CNE, a deliberação 04/2006 do CEE, o Plano Nacional de Implementação da Lei n.10.639, os Fóruns Estaduais de

⁶ A “Coleção Cadernos NEAB-UFPR”, constituída por dois volumes, tem por objetivo não só contribuir com a formação continuada na pós-graduação de profissionais da educação, como também reunir sínteses de pesquisas e estudos de pessoas envolvidas com o NEAB da UFPR.

⁷ No entanto somente na modalidade à distância do curso de especialização são ministrados os conteúdos “Concepções e políticas de Educação a Distância em diferentes contextos históricos” e “Conceitual EaD e ferramenta Moodle”. Com exceção destes, todos os conteúdos são iguais para as duas modalidades.

	Diversidade étnico-Racial.
Módulo 2 - Metodologia da Pesquisa Educacional	• O levantamento bibliográfico e ferramentas web. • Tema, objeto e problema de pesquisa. • Construção do Projeto de pesquisa. • Metodologia de pesquisa educacional. • Análise de dados. • A monografia.
Módulo 3 - Antropologia das populações afro-brasileiras	• Os conceitos de raça, racismo, etnia, cultura, discriminação. Identidade nacional e identidade negra • Religiões Afro-Brasileiras. • A presença negra no catolicismo: Irmandades e Festas de Santo. • Questão racial e corporalidade.
Módulo 4 - História da África	• A África pré-colonial. • A Colonização. • A África pós-colonização.
Módulo 5 - Arqueologia da África e arqueologia da diáspora africana	• As origens da humanidade no continente africano. • Arqueologia da diáspora africana nas Américas.
Módulo 6 - História da escravidão e resistência no Brasil.	• A escravidão no Brasil. • A resistência negra à escravidão. • Movimentos pela abolição. • Negros e brancos no Paraná do século XIX e XX. • Movimentos negros em Curitiba.
Módulo 7 - Sociologia dos grupos raciais e reflexões antropológicas sobre relações raciais no Brasil	• Do projeto Unesco ao conceito de “Mito da democracia racial” – desigualdades raciais para Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oraci Nogueira. • Quilombismo: Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento • As pesquisas sobre desigualdades raciais no plano estrutural: do retomar as pesquisa na década de 1970 aos dias atuais. • Ações afirmativas: conceitos, histórico e análise de políticas atuais. • Movimentos negros no Brasil.
Módulo 8 - Educação e desigualdades raciais no Brasil	• Pesquisas sobre desigualdades educacionais e relações raciais no Brasil. Discriminação racial na escola. Identidade da criança negra. • Eixos de desigualdade: gênero, raça e diversidade sexual.
Módulo 9 - Desigualdades no plano simbólico	• Negros e brancos nos livros dirigidos à infância. • Negros e brancos nos jornais, televisão, cinema e publicidade.
Módulo 10 - Literatura africana e afro-brasileira; arte africana e afro-brasileira	• A personagem negra na literatura brasileira. • Movimentos literários afro-brasileiros e escritores/as dos movimentos negros. • O movimento da Negritude. • Literaturas africanas e africanas da diáspora.
Módulo 11 - A “mão afro-brasileira” nas artes	• Artes plásticas na África. • Artes plásticas afro-brasileiras.

Módulo 12 - Estruturação de projeto de implantação do artigo 26-A da LDB	Estruturação de projeto de implantação do artigo 26-A da LDB (modificado pela Lei n. 10.639/03) na instituição escolar.
--	---

Observando-se os conteúdos abordados no curso de especialização em ERER do NEAB, é possível perceber que o módulo oito é o único que trata especificamente da educação, entre seus conteúdos é abordada a identidade da criança negra. Porém, a “Coleção Cadernos NEAB-UFPR”, utilizada como material de leitura no curso, discute sobre a construção da identidade e a criança negra de modo geral, não tratando de modo específico da criança pequena que frequenta a Educação Infantil. O módulo nove também possui um conteúdo relacionado às crianças, tratando dos negros e brancos nos livros direcionados à infância. Na coleção é abordada a representação de crianças brancas e negras nos livros de literatura infanto-juvenil, no entanto, não há discussão sobre a criança pequena e os livros voltados para Educação Infantil.

Constata-se, então, que não há abordagem específica da Educação Infantil no currículo do curso. No entanto, isso não exclui a possibilidade de a mesma ser trabalhada entre os participantes. É preciso considerar que o curso também não aborda de modo específico as demais etapas da educação, pois sua intenção, segundo o que demonstra seus conteúdos, é instrumentalizar o professor teoricamente sobre as questões raciais, possibilitando que ele traduza os conhecimentos trabalhados nos módulos para a etapa educacional em que atua, o que pode facilitar a organização do curso, mas por outro lado pode prejudicar a inserção de novas práticas na Educação Infantil visto que essa etapa possui pouca tradição em incluir práticas que promovam a igualdade racial.

O curso de extensão em ERER na modalidade presencial é ofertado pelo NEAB desde 2006, e na modalidade à distância desde 2011. O curso, em suas duas modalidades, tem como objetivo promover a ampliação na formação sobre ERER, propiciando conhecimentos sobre cultura e história afro-brasileira, fornecendo instrumentos teóricos de análise das desigualdades raciais e proposições de formas de superá-las, preparando, assim, os profissionais da educação para implantação da lei 10.639/2003.

O NEAB, a UFPR, a PROGRAD, a CEPIGRAD e o MEC, são responsáveis pela realização do curso de extensão em ERER presencial. A modalidade à

distância do curso é realizada com o apoio dessas mesmas unidades e também da CIPEAD. O curso, tanto à distância como presencial, é direcionado para profissionais da educação que atuam na Educação Básica da rede pública de ensino, que tenham no mínimo dezoito anos de idade e ensino médio completo. Para ingresso no curso é realizado um processo seletivo com base nas informações apresentadas pelos candidatos na inscrição. O curso na modalidade à distância oferece mais de 350 vagas para Curitiba e demais municípios do Paraná. Acerca do número de vagas ofertadas e dos municípios atendidos pelo curso presencial não foi possível obter informações.

A estrutura do curso de extensão em EREER à distância é composta por sete módulos, que totalizam 180 horas, desenvolvidas em seis meses, sendo a maior parte na modalidade à distância, com alguns encontros presenciais. Conta com materiais didáticos que possuem textos produzidos por diversos docentes que se dedicam à temática das relações raciais, além de sugestões de leituras complementares, *sites* e filmes sobre o tema. O curso é desenvolvido a partir da leitura desses textos juntamente com a realização de atividades individuais e em grupo, e participação em fóruns e *chats* na plataforma *Moodle*⁸, que tem por objetivo auxiliar na realização de um trabalho final (plano de ação ou projeto de intervenção) que deverá ser aplicado na instituição em que o profissional atua. O curso de extensão presencial possui a mesma carga horária e mesmo conteúdo⁹ do curso à distância, no entanto não possui material didático, os professores indicam aos alunos alguns textos referentes aos temas abordados. As leituras, discussões e atividades são realizadas em encontros presenciais durante duas vezes por semana. O quadro a seguir mostra os módulos e conteúdos abordados nas duas modalidades do curso:

MÓDULOS	CONTEÚDOS
Módulo 1 – Conceitual EAD e proposta para a Educação das Relações Étnico-Raciais	• Concepções e políticas de Educação a Distância em diferentes contextos históricos. • Proposta de implementação da Lei

⁸ Plataforma *on-line* da UFPR que pode ser utilizada por um grupo para envio e compartilhamento de arquivos, realizações de fóruns, debates e conversas.

⁹ No entanto somente na modalidade à distância do curso de extensão é ministrado o conteúdo “Concepções e políticas de Educação a Distância em diferentes contextos históricos”. Com exceção deste, todos os conteúdos são iguais para as duas modalidades.

	10639/2003 nos espaços escolares.
Módulo 2 – Introdução conceitual	• A política educacional de Educação das Relações Étnico-Raciais: as alterações na LDB por meio das Leis 10639/2003 e 11.645/2008. • As contribuições das Ciências Sociais para a definição de conceitos de raça, racismo, etnia, cultura, discriminação.
Módulo 3 – História da África e história da escravidão e resistência no Brasil	• História das sociedades africanas: um continente em movimento • O processo de escravização no Brasil • A resistência negra à escravização e o Brasil pós-abolição
Módulo 4 – Sociologia dos grupos raciais no Brasil e reflexões antropológicas sobre relações raciais no Brasil.	• As produções acadêmicas sobre o “mito da democracia racial” e as desigualdades raciais no plano estrutural: conceitos, histórico e análise das ações afirmativas. • O papel das mulheres negras nos movimentos de resistência. • Religiosidade afro-brasileira: resistências, interlocuções e corporeidade.
Modulo 5 – Educação e desigualdades raciais no Brasil.	• Pesquisas sobre desigualdades educacionais e relações raciais no Brasil: da infância ao ensino superior • Eixos de desigualdade: gênero, raça e diversidade sexual.
Módulo 6 – Literatura africana e afro-brasileira; arte africana e afro-brasileira.	• O movimento da Negritude; movimentos literários afro-brasileiros e escritores/as dos movimentos negros. • A estética africana e afro-brasileira nas artes plásticas • Música africana e afro-brasileira: alteridade negra
Módulo 7 – Desigualdade no plano simbólico	• Relações raciais na mídia brasileira • Relações raciais e livros didáticos: uma perspectiva histórica dos avanços e retrocessos • Relações raciais e literatura infanto-juvenil • Estruturação de projeto de implantação da Lei 10.639/2003 na instituição escolar

Assim como ocorre no curso de especialização, nos conteúdos do curso de extensão em EREER do NEAB não é abordada a Educação Infantil, nem outras etapas da educação, de modo específico. No material didático utilizado no curso à distância só há referência à primeira etapa da educação básica no módulo cinco, que traz alguns exemplos de discriminação descritos por pesquisadoras desse

campo. O módulo sete trata sobre literatura infanto-juvenil, porém sem abordar a Educação Infantil e a criança pequena. No entanto, tem-se o mesmo panorama do curso de especialização, pois os conteúdos do curso de extensão também visam fornecer subsídios teóricos para que os profissionais da educação repensem suas práticas e passem incluir nelas conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e de EREER.

Como já dito anteriormente, foi possível encontrar dois trabalhos finais sobre relações raciais na Educação Infantil, realizados por alunos do curso de extensão em EREER presencial que ocorreu em 2013. No próximo item os trabalhos serão apresentados e analisados conforme a perspectiva da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”.

3.2.1 TRABALHOS FINAIS DO CURSO DE EXTENSÃO EM EREER DE 2013.

Os trabalhos finais do curso de extensão em EREER presencial de 2013 consistem em planos de ação voltados para as relações raciais na Educação Infantil. Foram realizados por um educador e uma educadora de um CMEI do município de Pinhais, o qual é comprometido com a questão racial, possuindo uma organização sistematizada para garantir o desenvolvimento dessa temática nas instituições de ensino.

O plano de ação realizado pela educadora, intitulado “Projeto Conhecendo a Angola”, foi direcionado a uma turma de crianças de três a quatro anos de idade, tendo como objetivo levá-las a conhecer a cultura do país Angola, auxiliando assim na inserção de um menino imigrante desse país que estava na turma. Foram realizadas diversas atividades envolvendo pintura, colagens, modelagens, leitura de livros de literatura afro-brasileira e também a visita de uma mulher angolana, que ensinou cantigas e brincadeiras do país às crianças. Ao final das atividades foi realizada uma exposição para todo CMEI e para os pais das crianças, com todas as produções realizadas por elas.

Segundo a apresentação dos resultados do plano de ação feito pela educadora, o “Projeto Conhecendo a Angola” teve resultados positivos entre as crianças, as quais demonstraram respeito e admiração pela cultura da Angola e pelo colega de sala angolano, que se sentiu valorizado com as atividades que envolviam aspectos culturais do seu país.

O plano de ação “Promovendo a Igualdade Étnico-Racial a partir da Educação Infantil” realizado pelo educador do CMEI, foi direcionado às crianças de quatro a cinco anos, procurando contribuir com a formação da autoestima das mesmas, bem como promover o respeito à diversidade nas suas diferentes relações sociais.

O educador relatou que no CMEI as crianças percebiam as diferenças entre suas características físicas, e em alguns casos faziam comentários preconceituosos. Isso reforçou a necessidade de elaborar um projeto que buscasse romper com este cenário, levando as crianças a construir uma imagem positiva sobre os negros, valorizarem suas próprias características e a diversidade presente no CMEI.

O educador propôs atividades que abordaram diferentes eixos do conhecimento, realizando com os alunos rodas de conversa, leituras de livros que valorizavam a estética negra, tais como “Os cabelos de Lelê”, dramatizações, etc. Segundo o educador, as atividades resultaram em um aumento do respeito na relação estabelecida entre as crianças. As crianças negras passaram a se reconhecerem como negras, identificando-se com os personagens das histórias contadas, valorizando assim suas características étnico-raciais e orgulhando-se em dizer que eram negras.

Analisando os trabalhos dos educadores a partir da perspectiva da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”, foi possível perceber que eles se encontram em consonância com a mesma, apresentando propostas que visam a valorização da diversidade e erradicação do racismo. O trabalho da educadora, por meio de atividades que levaram as crianças a conhecer a cultura angolana, buscou viabilizar o conhecimento sobre questões raciais, o continente africano e os povos negros, algo preconizado pela perspectiva da revista:

As instituições de Educação Infantil devem se caracterizar como locais nos quais as crianças encontrem desde cedo, espaço vivo de informações sobre a população negra, as tradições afro-brasileiras, o continente africano e outros diferentes assuntos que compõem o universo de conhecimentos sobre a questão racial. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p. 41)

Outro fato que se aproxima com o ponto de vista da revista refere-se à valorização das características dos negros feita pelos educadores, bem como o trabalho com as crianças a fim de levá-las a ter orgulho de serem negras e serem chamadas assim. Percebe-se que os educadores são conscientes sobre a

importância de não silenciarem acerca da nomeação da cor das crianças, transmitindo isso a elas. Segundo a perspectiva do material utilizado para análise:

[...] Não há por que nos calarmos diante da identidade racial das pessoas, mas as expressões corretas devem ser usadas em contextos que façam sentido. Substituir o nome das pessoas por epítetos, usando a cor de forma pejorativa, é algo que deve ser evitado. No entanto, quando se trata de descrever as características físicas de modo a valorizá-las, sim, uma criança é negra, a outra é branca, os cabelos têm texturas diferentes, os traços trazem marcas diversas e aí reside a beleza de cada um ser como é. (BENTO, CARVALHO e SILVA JR, 2012, p. 38)

Portanto, percebe-se que o curso de extensão em EREER promovido pelo NEAB teve impacto bastante positivo sobre seus participantes, instrumentalizando-os para o desenvolvimento de práticas que auxiliassem de modo efetivo na implantação da LDBEN (alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) e das DCNEI nas instituições de ensino. Apesar de não existir uma disciplina específica sobre relações raciais na Educação Infantil no curso, os educadores conseguiram traduzir de modo bastante significativo os conhecimentos apreendidos para a etapa da educação em que atuavam. Nesse contexto, a abordagem da EREER na Educação Infantil pelo professor do NEAB que se dedica a essa temática, pode ter sido importante para subsidiar a realização dos trabalhos.

3.3 EVENTOS DE EXTENSÃO

O NEAB da UFPR realiza muitos eventos de extensão, e é muito provável que a temática das relações raciais na Educação Infantil seja abordada nos mesmos. No entanto, tendo em vista que seria preciso de uma maior disponibilidade de tempo para identificar o tema em todos os eventos realizados pelo NEAB, essa pesquisa limitou-se somente a apresentar os eventos desse núcleo que tratavam especificamente da Educação Infantil.

Apenas foi possível encontrar informações¹⁰ acerca do seminário regional “Educação Infantil e igualdade racial”, que ocorreu em 2011 e foi organizado pelo NEAB juntamente com a ABPN. O evento foi realizado pelo MEC, UFSCar e CEERT, os quais tinham o objetivo de expor e potencializar as ações que estavam construindo: diagnósticos e textos de referência conceitual e normativa para professores; conteúdos para curso de formação continuada para professores e gestores, formato *e-learning* e materiais audiovisuais de apoio ao professor e comunidade; e formação da Rede Nacional para a Igualdade Étnico-racial na Educação Infantil.

No evento também ocorreu o “II Encontro de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da Região Sul” e o “II Seminário da ABPN-SUL” que tiveram como objetivos articular agendas de ensino, pesquisa e extensão para promoção da igualdade racial; promover intercâmbio de pesquisa e avaliação de políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino superior da região sul e discutir estratégias de ampliação das mesmas; fortalecer o diálogo entre os NEABs; promover o diálogo com movimentos sociais negros; ampliar discussão sobre o racismo na mídia; articular a ABPN e os NEABs da região sul com a Rede Nacional para a Igualdade Étnico-racial na Educação Infantil.

O evento foi constituído por palestras e debates mediados por vários pesquisadores que se dedicam ao tema das relações raciais na Educação Infantil, e teve o objetivo de auxiliar na construção das ações do CEERT, realizadas em parceria com o MEC e UFSCar, voltadas para o apoio aos profissionais da primeira etapa da educação. O NEAB teve um papel importante ao organizar o evento, sendo um articulador das ações ocorridas no mesmo, as quais contribuíram para que o

¹⁰ As informações sobre o evento foram disponibilizadas pelo professor Paulo Vinícius, o qual cedeu um folder do evento que descrevia os temas que foram abordados.

CEERT coordenasse importantes materiais direcionados à construção de práticas promotoras da igualdade racial na Educação Infantil.

O evento e as ações do CEERT impactaram de forma positiva o NEAB, o qual incentivou a abordagem das relações raciais na Educação Infantil nas teses, dissertações e monografias, e nos trabalhos finais do curso de extensão em ERER, os quais foram apresentados no item anterior. Segundo informações do professor Paulo Vinícius e dos alunos do curso presencial de extensão em ERER de 2013 que elaboram os planos de ação analisados, mais trabalhos direcionados à Educação Infantil foram realizados no curso, o que reflete o compromisso do NEAB dando continuidade às propostas do evento voltadas para formação continuada de profissionais da primeira etapa da educação. Não foi possível, no entanto, obter informações sobre ações articuladas na região Sul no sentido de fortalecer regionalmente a Rede Educar para a Igualdade Racial na Educação Infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão das relações raciais na Educação Infantil é permeada por muitos desafios, sendo o principal deles o enfrentamento da negação e do silêncio acerca do racismo, do preconceito e da discriminação nessa etapa. Nesse sentido, é importante ressaltar a importância que as DCNEI, a LDBEN (alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) e demais legislações voltadas para a erradicação do racismo e promoção da igualdade tiveram ao proporcionar maior visibilidade às questões raciais na Educação Infantil, com destaque também para as ações do CEERT, que operam na mesma perspectiva das DCNEI e demais marcos legais direcionados para a temática em questão.

Foi possível constatar que as teses, dissertações e monografias analisadas nesse trabalho, as quais são voltadas para as relações raciais na Educação Infantil e orientadas por um pesquisador do NEAB que se dedica ao tema, são bastante recentes e coincidem com a publicação da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras da Igualdade Racial”, e com os demais materiais coordenados pelo CEERT, destinados a orientar professores e gestores da primeira etapa da educação básica, com vistas à promoção da igualdade racial.

Esses materiais podem ter sido importantes para motivar a abordagem da questão racial na Educação Infantil dentro do NEAB, pois geraram maiores subsídios para enfrentar a busca pelo rompimento do preconceito racial, trazendo com mais detalhes os motivos pelos quais se faz relevante o trabalho com as relações raciais na primeira etapa da educação e as diversas possibilidades de executar tal trabalho.

Verificou-se que o NEAB incentivou pesquisas acadêmicas que abordaram diversas temáticas dentro das relações raciais na Educação Infantil. Os trabalhos acadêmicos analisados foram direcionados para campos diversificados, nas dissertações de mestrado foram abordados temas como a influência da gestão na concretização de políticas voltadas para a questão racial na Educação Infantil e a análise de como uma política pública de âmbito nacional, o PNBE, atinge essa etapa. Já as monografias de especialização e a tese de doutorado voltaram-se para as relações raciais na Educação Infantil analisando o tempo, espaço e as práticas pedagógicas realizadas no interior de CMEIs. No entanto, o estudo realizado na tese

foi focado nas crianças e na escuta das mesmas, diferente das monografias, em que foi dada visibilidade maior ao cotidiano, espaços e profissionais da Educação Infantil.

Em relação à análise desses trabalhos feitas a partir das categorias da revista “Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial”, foi possível constatar uma consonância da perspectiva desse aporte com o posicionamento defendido pelos autores dos trabalhos. No entanto, no que se referem às ações realizadas nos campos pesquisados pelos autores, verificou-se um grande distanciamento do ponto de vista da revista. As práticas das instituições relatadas nos trabalhos revelam muitas situações de preconceito e discriminação racial entre crianças e professores, negação do racismo e silêncio diante do mesmo, exaltação dos artefatos culturais brancos e invisibilidade do negro nos espaços dos CMEIs, resistência na implantação de políticas em prol da valorização da diversidade, entre outros aspectos.

Esse cenário demonstra que ainda há muitos obstáculos a serem vencidos no que se refere ao tratamento das questões raciais na Educação Infantil. Isso justifica a importância de pesquisas acadêmicas, cursos e outras ações voltadas para essa temática, pois por meio delas é possível que cada vez mais as instituições de Educação Infantil se atentem para a relevância do trabalho com as relações raciais para o combate ao racismo e promoção da diversidade. O NEAB vem desenvolvendo ações nesse sentido por meio dos cursos de extensão e especialização em EREER, porém vale ressaltar que a existência desses cursos é bastante recente e ainda há muitos desafios a serem alcançados em relação a Educação Infantil.

A análise dos planos de ação realizados no curso de extensão em EREER presencial promovido pelo NEAB em 2013 é um exemplo do impacto positivo que o trabalho com as questões raciais pode ter nas instituições de Educação Infantil. Os planos de ação revelaram uma grande consonância com a perspectiva do aporte de análise utilizado neste trabalho, buscando promover a autoestima das crianças, a valorização da diversidade e de suas próprias características físicas, o respeito pelos diversos grupos étnico-raciais e a construção de uma imagem positiva dos negros.

No entanto, apesar de os educadores terem alcançado resultados positivos a partir da realização do curso, mesmo sem a abordagem específica das relações raciais na Educação Infantil em seus conteúdos (o que também ocorre nos

conteúdos do curso de especialização em ERE), seria importante que o NEAB tratasse dessa etapa da educação de modo específico. Embora os alunos façam a “tradução” dos conhecimentos dos cursos para a etapa em que atuam de modo bastante significativo, e ainda que os professores do NEAB, que se dedicam às relações raciais na Educação Infantil, despertem os cursistas para a importância dessa temática, o desenvolvimento da mesma em disciplinas específicas nos cursos e até mesmo em uma linha de pesquisa própria dentro do núcleo, potencializaria ainda mais as ações voltadas para ERE na primeira etapa da educação básica. Vale ressaltar que o NEAB não atua sozinho, mas conta com o apoio de outras instâncias da UFPR, tais como PROGRAD, CIPEGRAD, COPERFOR, entre outros, o que é fundamental para a realização dos objetivos do núcleo.

O levantamento se restringiu a identificar as produções do NEAB relativas a Educação Infantil de modo específico, porém há estudos e ações relacionadas a outros temas, tais como os personagens negros e brancos na literatura e nos livros didáticos do ensino fundamental; a estética, as produções culturais e as tradições africanas e afro-brasileiras; e as políticas afirmativas voltadas para o acesso dos negros ao ensino superior. Seria necessário um estudo mais aprofundado sobre o histórico do NEAB para descobrir, com precisão, os demais temas abordados por ele ao longo dos anos. Desse modo, sugere-se uma investigação nesse sentido para futuras pesquisas, como forma de compreender o direcionamento do trabalho desenvolvido pelo núcleo.

Tendo em vista a dificuldade para encontrar as informações referentes aos cursos de extensão e especialização do NEAB e aos trabalhos realizados a partir dos mesmos, também se faz relevante sugerir a sistematização das ações e produções teóricas realizadas a partir desse núcleo. Tal ação permite que os materiais produzidos sejam consultados, e possibilita verificar o quanto e como a temática das relações raciais na Educação Infantil tem avançado no NEAB, considerando-se a importância do mesmo como agente capaz de dar visibilidade ao assunto e desenvolver ações relacionadas a ele, o que provavelmente fortaleceria a Rede Educar para a igualdade racial no estado em questão, e possivelmente na região Sul como previsto no seminário regional “Educação Infantil e igualdade racial”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE I.; BENTO M. A. S. (Organizadoras). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Disponível em:
<http://www.ceert.org.br/programas/educacao/premio/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf>. Acesso em: 15/04/2014

_____, Maria Aparecida da Silva (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. 1ªed.SÃO PAULO: CEERT - CENTRO DE ESTUDOS DA RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADE, 2012, v. 01.

_____, Maria Aparecida da Silva; SILVA Jr, Hédio. (Org.). **Práticas Pedagógicas para a igualdade racial na educação infantil**. 1. ed.São Paulo: CEERT, 2011, v. 01.

_____, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira; SILVA JR., Hédio (Orgs). **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos da Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT: Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/SEPPIR, 2009

_____. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. V.1 Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Thais Regina de. **Políticas de promoção de igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC**. 268 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COSTA. J. F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.1-16

DIAS, L. R. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo**. 319 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2007

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres. In: Maria Aparecida da Silva Bento. (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. 1ªed. São Paulo: CEERT, 2012, v. 01, p. 117-191.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GHIGGI, Gioconda. **Relações étnico-raciais perspectiva da lei n.º 10.639/03 em um centro municipal de educação infantil de São José dos Pinhais**. 49 f. Monografia (Especialização em Docência na Educação Infantil) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GOMES N. I. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03. Brasília. MEC/SECAD, 2005. p. 39-62

LEMO, Beatriz Ferreira. **Práticas de trabalho com relações étnico-raciais na educação infantil**. Monografia (Especialização em Docência na Educação Infantil) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, Veridiane Cintia de Souza. **Educação das relações Étnico-Raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para Educação Infantil**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

REIS, M. C. G.. Corporeidade e infâncias: reflexões a partir da Lei nº 10.639/03 23. DORNELLES, L. V.. “Tu não podes ser princesa”: corpos, brinquedos e subjetividades. In: BRANDÃO A. P.; TRINDADE A. L (Organizadoras). **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 26-36

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p. 161-178

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRINIDAD, C. T. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: Maria Aparecida da Silva Bento. (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. 1ªed. São Paulo: CEERT, 2012, v. 01, p. 119-137